Ministério da Educação

Instituto Benjamin Constant

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO- PEI

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

2020-2023

Equipe de elaboração do Plano Estratégico Institucional (PEI/IBC), instituída através da Portaria nº 663, de 27 de dezembro de 2019.

Érica Deslandes Magno Oliveira (Presidente)

Daniel Cícero Gonçalves Pena

Elise de Melo Borba Ferreira

Fabiana Moura Arruda

Ivan Finamore Araújo

Jeane Gameiro Miragaya

Jefferson Gomes de Moura

José Tadeu Madeira de Oliveira

Luigi Amato Bragança Amorim

Marcia Lins Abade

Maria Odete Santos Duarte

LISTA DE ABREVIATURAS

AGU	Advocacia Geral da União
BSC	Balanced Scorecard
CAEE	Centros de Apoio Educacional Especializado
CAPs	Centros de Apoio Pedagógico
CCMI	Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional
CGI	Coordenação Geral de Informática
CGU	Controladoria Geral da União
CIG	Comitê Interno de Governança
CJU	Consultoria Jurídica da União
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DED	Departamento de Educação
DMR	Departamento de Estudo e Pesquisas Médicas e de Reabilitação
DOU	Diário Oficial da União
DPA	Departamento de Planejamento e Administração
DPP	Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa
DPPE	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
DTE	Departamento Técnico Especializado
EdIBC	Editora Instituto Benjamin Constant
FCPE	Funções Comissionadas do Poder Executivo
FIC	Formação Inicial e Continuada em Nível de Aperfeiçoamento
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GAB	Gabinete
IBC	Instituto Benjamin Constant
IN	Instrução Normativa
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
ND	Dados não disponíveis
OCC	Recursos de Outros Custeios e Capital
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Plano Estratégico Institucional
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional

PSLT	Promoção da Saúde no Local de Trabalho
QDD	Quadro de Detalhamento da Despesa
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RAE	Reunião de Avaliação da Estratégia
RJ	Rio de Janeiro
SCDP	Sistema de Controle de Diárias e Passagens
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEFIP	Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPENET	Sigla criada para identificar o sistema de acesso às informações armazenadas nas bases de dados do SIAPE
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SIGAC	Sistema de Gestão de Acesso
SIGEPE	Sistema Integrado de gestão Pública
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
SUS	Sistema Único de Saúde

TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
UGE	Unidade de Gestão Estratégica

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO 10
2. INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT 10
3. METODOLOGIA APLICADA 11
4. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS 12
4.1 Missão 13
4.2 Visão 13
4.3 Valores 13
5. MATRIZ SWOT E ANÁLISE AMBIENTAL 14
5.1. Matriz SWOT 15
5.2. Análise: fatores internos 16
5.3. Análise: fatores externos 18
5.4. Recomendações para alavancar pontos fortes e reduzir pontos fracos 20
6. CADEIA DE VALOR INTEGRADA 29
6.1. Representação visual 30
6.2. Funções, macroprocessos e processos 31
6.3. Macroprocesso Ensino 34
6.4. Macroprocesso Pesquisa 37

6.5. Macroprocesso Extensão 40
6.6. Macroprocesso Produção Técnico-Especializada 42
6.7. Macroprocesso Gestão de Registros Acadêmicos 44
6.8. Macroprocesso Planejamento e Orçamento 46
6.9. Macroprocesso Gestão Estratégica 49
6.10. Macroprocesso Gestão do Conhecimento 51
6.11. Macroprocesso Participação e Controle Social 54
6.12. Macroprocesso Comunicação e Relações Institucionais 56
6.13. Macroprocesso Controles 59
6.14. Macroprocesso Gestão de Logística e Infraestrutura 61
6.15. Macroprocesso Gestão de Pessoas 64
6.16. Macroprocesso Gestão de TIC 67
6.17. Macroprocesso Gestão Financeira, Contábil e de Custos 68
7. MAPA ESTRATÉGICO 70
7.1. Representação visual 71
7.2. Descrição dos objetivos estratégicos 72
8. PAINEL DE INDICADORES E METAS 77
9. PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS 93

10. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO 104
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS 104
12. REFERÊNCIAS 105
13. ANEXOS 106

1. INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico Institucional (PEI) do Instituto Benjamin Constant (IBC) para o período 2020-2023 foi elaborado por uma Comissão, constituída por servidores da instituição, por meio da Portaria nº 663, de 27 de dezembro de 2019.

Em atendimento à legislação vigente – Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 e Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, do Ministério da Economia, a Comissão elaborou o PEI/IBC alinhado ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, documento que define as prioridades do Governo e, também, às metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Este Plano apresenta a formulação e o acompanhamento da estratégia de atuação do IBC durante o período de 4 anos. Seu objetivo é promover a melhoria dos resultados institucionais para a sociedade, além de conferir maior racionalidade à tomada de decisões pela equipe gestora.

Observando-se o disposto no art. 3º da Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, do Ministério da Economia, o PEI/IBC contempla a identidade estratégica da instituição (missão, visão de futuro, valores e mapa estratégico), objetivos estratégicos e respectivas metas, indicadores e projetos estratégicos.

2. INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Em 12 de setembro de 1854 foi criado, através do Decreto nº 1.428, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, primeira instituição educacional para cegos na América Latina. Cinco dias após, em 17 de setembro, realiza-se a inauguração solene do órgão. A partir dessa data, o brasileiro com deficiência visual inicia sua trajetória nas esferas educacional, social e cultural. O pioneirismo sempre foi a marca que conferiu e ainda confere a esta Instituição seu poder de permanência e crescimento.

Atualmente, o Instituto Benjamin Constant, Órgão da Administração Direta, ligado ao gabinete do Ministro da Educação, de acordo com seu regimento interno (Portaria nº 310, de 3 de abril de 2018, retificada no DOU de 26 de dezembro de 2018), tem por finalidades essenciais: a educação e a reabilitação das pessoas com deficiência visual; a criação, adaptação e distribuição de materiais acessíveis; o desenvolvimento de estudos e pesquisas

na área da deficiência visual; o apoio técnico aos sistemas de ensino em âmbito nacional; a preparação de atletas de alto rendimento; a preparação para a inserção ou reinserção no mundo do trabalho; a capacitação de profissionais na área da deficiência visual em todo o país; a prevenção às causas da cegueira; a promoção e ascensão social e humana de grupos de alunos com deficiência visual, deficiência visual associada a outras deficiências e surdocegueira.

3. METODOLOGIA APLICADA

No processo de formulação deste documento, o IBC observou as orientações apresentadas no Guia Técnico de Gestão Estratégica, elaborado e disponibilizado em abril de 2020 pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, tendo ainda buscado subsídios em planos estratégicos já publicados por outras organizações, como o Ministério da Educação e instituições federais de ensino.

Tomando por base o disposto no Guia Técnico, o IBC também utilizou a metodologia Balanced Scorecard (BSC), que tem por princípios:

- traduzir os referenciais estratégicos em termos operacionais;
- alinhar a organização à estratégia;
- transformar a estratégia numa preocupação de todos;
- converter a estratégia em um processo contínuo e
- mobilizar a mudança por meio da liderança executiva.

O IBC também realizou uma pesquisa na qual a comunidade – servidores, funcionários, alunos e responsáveis – indicou fatores internos e externos que podem afetar, positiva ou negativamente, as ações institucionais. Esses fatores estão sinalizados na matriz SWOT, base para a definição de alguns objetivos e/ou projetos estratégicos.

Seguindo a metodologia BSC, os objetivos estratégicos estabelecidos neste plano estão organizados em quatro diferentes perspectivas, que apresentam relação de causa e efeito entre elas: resultados, processos internos, pessoas e infraestrutura e orçamento, conforme demonstrado na representação gráfica do mapa estratégico.

Importante destacar que a definição de indicadores e metas – Painel de Indicadores e Metas – permite o monitoramento contínuo dos objetivos estabelecidos no plano, assegurando o sucesso de sua implementação, conforme inicialmente previsto, ou a correção de rumos, sempre que necessário. Tão relevante quanto o planejamento, a adoção de ações voltadas ao acompanhamento e à avaliação deste plano contribuirá para o desenvolvimento de uma cultura de gestão estratégica na instituição, importante passo para o IBC.

4. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

São referenciais estratégicos de uma organização: a missão, a visão e os valores.

A missão é a declaração da razão de ser da organização. Deve expressar de forma clara e concisa o que a instituição faz e para quem faz, orientando a ação institucional e indicando um propósito comum às partes interessadas.

A visão descreve como a organização deseja estar no futuro. É uma projeção que deve motivar e mobilizar as pessoas que atuam na instituição – funcionários e gestores/líderes – a agirem em uma mesma direção. Serve ainda de norte à elaboração do planejamento: os objetivos e projetos estratégicos propostos devem convergir para que a visão se concretize.

Os valores, terceiro referencial estratégico, exprimem as crenças básicas que inspiram o comportamento dos profissionais que atuam na organização, orientando as relações sociais dentro da própria instituição, mas também sua interação com a sociedade, por meio da execução das ações institucionais.

4.1 MISSÃO

Promover educação pública na área da deficiência visual, por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a acessibilidade e a formação de cidadãos atuantes.

4.2 VISÃO

Ser uma instituição pública de excelência, com atuação local, nacional e internacional, nas questões relacionadas à deficiência visual.

4.3 VALORES

Ética: Conduzir as atividades institucionais de forma íntegra, tendo como princípios a honestidade, o respeito e a colaboração entre os envolvidos, observando-se a legislação vigente, de forma a alcançar os objetivos propostos.

Acessibilidade: Proporcionar condições para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, edificações, informação e comunicação, sistemas e tecnologias, e de outros serviços e instalações, melhorando o atendimento à sociedade.

Transparência: Aperfeiçoar a disponibilização dos dados produzidos pela instituição à sociedade, possibilitando a participação e o controle social.

Efetividade: Contribuir ativamente com ações que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão, atendendo às demandas e necessidades da sociedade com qualidade.

Inovação: Primar pela trajetória de aprendizagem, proporcionando um ambiente de criatividade e participação, com espaços para propostas de mudanças e readequações que favoreçam o ambiente organizacional e atendam às demandas da sociedade.

Cooperação: Ter em foco a importância da colaboração e da integração entre indivíduos e instituições com vistas à promoção do desenvolvimento da instituição e ao atendimento às demandas da sociedade.

Compromisso Social: Possuir liberdade e autonomia acadêmica, fomentando a consciência coletiva de responsabilidade com o bem-estar social.

5. MATRIZ SWOT E ANÁLISE AMBIENTAL

A análise ambiental possibilita a identificação do panorama da instituição, importante para a construção do plano estratégico. Para a análise ambiental, utilizou-se a matriz SWOT, ferramenta de planejamento estratégico, que identifica os fatores internos (forças e fraquezas) e os fatores externos (oportunidades e ameaças), que podem interferir na atuação da instituição, no alcance de sua missão e no atingimento das metas estabelecidas.

O IBC, no período de 17 a 24 de abril de 2020, realizou consulta à comunidade – servidores, funcionários, alunos e responsáveis – com o objetivo de levantar quais são os fatores internos e externos, positivos ou negativos, que afetam ou podem vir a afetar a atuação da instituição.

Com base no resultado dessa pesquisa (Anexo III), formulou-se a matriz SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), ferramenta de fácil visualização utilizada para análise do ambiente/cenário organizacional. Os fatores relacionados na matriz estão em ordem decrescente de votação.

Ao analisar os fatores que influenciam ou podem influenciar o fazer institucional, conforme disposto na matriz SWOT, a organização pôde propor ações que potencializam seus pontos fortes e minimizam suas fraquezas. Estas ações estão traduzidas nos objetivos e projetos estratégicos indicados neste PEI.

5.1. MATRIZ SWOT

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS (CONTROLÁVEIS)	**FORÇAS** 1. Atendimentos especializados; 2. Marca e tradição; 3. Qualificação do corpo docente e técnico-administrativo; 4. Expansão dos níveis de educação; 5. Currículo específico.	**FRAQUEZAS** 1. Comunicação entre os diversos segmentos e setores; 2. Processos e procedimentos não estruturados; 3. Sistemas informatizados; 4. Dimensionamento da força de trabalho (quantidade e alocação); 5. Programa de qualidade de vida; 6. Corporativismo; 7. Avaliação de desempenho.
FATORES EXTERNOS (INCONTROLÁVEIS)	**OPORTUNIDADES** 1. Reconhecimento do IBC; 2. Convênios e parcerias com outras instituições; 3. Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores; 4. Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC.	**AMEAÇAS** 1. Redução da dotação orçamentária do IBC; 2. Falta de segurança, infraestrutura e mobilidade no entorno do IBC; 3. Falta de acessibilidade no entorno do IBC; 4. Pressões sociais e/ou políticas externas; 5. Disseminação inadequada de informações em redes sociais; 6. Influência político-partidária.

5.2. ANÁLISE: FATORES INTERNOS

FORÇAS	ANÁLISE / CONSEQUÊNCIAS PARA O IBC
1. Atendimentos especializados	Os atendimentos especializados representam a principal força do IBC para 72,7% dos entrevistados. São realizados por docentes e profissionais especialistas de diversas áreas com experiência consolidada na prática, sendo um trabalho interligado e em colaboração com outros espaços de aprendizagem. Esses atendimentos são suportes que ocorrem de forma individualizada e/ou em pequenos grupos, sendo realizados de acordo com as especificidades de cada aluno e buscam eliminar as barreiras para a plena participação acadêmica, profissional e nos desafios da vida diária.
2. Marca e tradição	O IBC, fundado há 166 anos, foi a primeira instituição na América Latina para o ensino de crianças cegas. Com o passar do tempo e com novas demandas sociais, a instituição diversificou a oferta de serviços, solidificando sua experiência e contribuição na área da deficiência visual. Para fortalecer ainda mais essa marca, citada por 51,2% dos pesquisados, e futuramente ser reconhecida como instituição de excelência, cabe ampliar sua presença em âmbito local, nacional e internacional, mediante prestação de serviços de qualidade com relevância social. Como consequências, podemos citar que a instituição, por seu pioneirismo, terá condições de amplificar sua experiência nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção técnico-especializada, demonstrando sua credibilidade e posicionando o IBC como uma instituição de valor público inestimável à sociedade.
3. Qualificação do corpo docente e técnico-administrativo	Esta terceira força, citada por 50,9% dos entrevistados, indica que a qualificação da equipe de profissionais da instituição tem importância fundamental na prestação dos serviços finalísticos e de suporte da instituição. A promoção de ações de qualificação e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo, voltadas aos objetivos estratégicos traçados para a instituição, poderá fortalecer ainda mais a marca do IBC, assim como contribuir para que a visão – ser uma instituição de excelência - seja alcançada, proporcionando maior qualidade no ensino, pesquisa, extensão e produção técnico-especializada e nas funções de suporte.
4. Expansão dos níveis de educação	Lembrado por 49,3% dos entrevistados como uma das principais forças da instituição, a expansão dos níveis de educação concretiza o atendimento a uma das demandas da comunidade. Recentemente, o IBC vem oferecendo novas oportunidades com a continuidade de estudos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas integrada, concomitante e/ou subsequente, incluindo também a Educação de Jovens e Adultos. Além disso, avança na abertura de cursos de graduação e de pós-graduação relacionados à área da deficiência visual, com objetivo de formar e capacitar profissionais, consolidando o fomento à pesquisa no seu campo de expertise.
5. Currículo específico	O currículo específico, no qual a elaboração do desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem é realizada a partir das potencialidades do aluno em relação aos objetivos educacionais a serem alcançados, foi a quinta força apontada por 16,6% dos pesquisados. Apesar do caráter subjetivo dessa força, o currículo específico garante o ensino de qualidade, oportunizando o desenvolvimento de

	competências e habilidades específicas para a formação e inclusão do aluno. Esse instrumento é um campo aberto à diversidade no sentido de oferecer aos alunos diferentes maneiras de aprender os conteúdos.
FRAQUEZAS	**ANÁLISE / CONSEQUÊNCIAS PARA O IBC**
1. Comunicação entre os diversos segmentos e setores	A ausência ou falha na comunicação provoca ruídos que afetam negativamente os fluxos de trabalho e a realização dos serviços oferecidos pela instituição, com qualidade e transparência, sendo esta última indicada como um dos valores estratégicos da instituição. A comunicação entre os diversos segmentos e setores foi o fator que obteve maior pontuação (57,6%) na pesquisa realizada à comunidade escolar, merecendo a atenção especial com vistas a reduzir seu impacto nas atividades institucionais.
2. Processos e procedimentos não estruturados	Este fator foi a segunda fraqueza com maior votação (39,9%). Processos e procedimentos estruturados e normatizados atendem a alguns dos princípios da administração pública, entre eles a legalidade, a impessoalidade e a publicidade, apresentando aos servidores que atuam nos processos, diretrizes e bases seguras para sua atuação profissional e, aos usuários/beneficiários dos serviços da instituição, clareza sobre a forma de atendimento.
3. Sistemas informatizados	Terceira fraqueza apontada na pesquisa institucional (33,5%), a ausência ou insuficiência de sistemas informatizados impacta negativamente na atuação dos profissionais do IBC, assim como na qualidade do serviço prestado e na agilidade da resposta apresentada ao usuário da instituição. A implantação de sistemas informatizados possibilitará maior qualidade do uso do tempo e do próprio serviço, pois permitirá que os setores apresentem dados em tempo real e que supervisores e diretores possam fazer um gerenciamento mais efetivo, com melhor acompanhamento e controle dos resultados. Registre-se ainda que sistemas informatizados, se bem estruturados, permitem maior transparência da informação e podem trazer agilidade na extração de dados para elaboração de relatórios exigidos pela administração pública. São válidos também para os processos de auditoria, além de permitirem aos cidadãos a fiscalização da aplicação dos recursos públicos.
4. Dimensionamento da força de trabalho - quantidade e alocação	Apontada por 30% dos pesquisados, esta fraqueza indica que a força de trabalho é insuficiente e/ou está distribuída de forma inadequada no IBC. As duas situações podem trazer prejuízos à qualidade do serviço prestado aos usuários e, até mesmo, reduzir a oferta dos serviços/produtos, sendo ambas as consequências indesejáveis.
5. Programa de qualidade de vida	O IBC não tem hoje um programa que apresente, de forma clara, sistematizada e transparente, as atividades voltadas à promoção da qualidade de vida do profissional da instituição, adotando, até o momento, atendimentos pontuais, entre eles os realizados internamente na área da saúde. Tendo como objetivo proporcionar um ambiente saudável e seguro para o trabalhador, de modo que ele possa explorar suas potencialidades da melhor forma e exercer suas atribuições com prazer e bem-estar, a implantação de um programa de qualidade de vida que atenda às demandas dos profissionais pode trazer contribuições positivas, tais como melhora da saúde do trabalhador, redução do absenteísmo, maior

	engajamento/entrosamento das equipes, aumento da produtividade e melhora do clima organizacional, reduzindo conflitos e ampliando a motivação. Registre-se que 27% dos pesquisados indicaram esse fator.
6. Corporativismo	O corporativismo é a aproximação de profissionais de uma mesma categoria ou de categorias afins, convergindo para interesses comuns, como a luta por melhores condições de trabalho. Entretanto, o corporativismo pode ser externado de forma negativa por alguns profissionais, como na valorização de uma determinada categoria em detrimento de outras ou do próprio público alvo da administração pública. Nessa vertente negativa, como uma fraqueza da organização, 19,3% da comunidade do IBC considerou o corporativismo como um ponto a ser observado pela gestão.
7. Avaliação de desempenho	Sinalizada por 15,5% dos pesquisados, a avaliação de desempenho dos servidores é um instrumento de obrigatoriedade legal. Levando-se em consideração que o servidor público trabalha para o cidadão/sociedade, é relevante ter como foco que o serviço ou o produto deve ser entregue com efetividade, observando-se as condições de trabalho que são disponibilizadas. A avaliação de desempenho permite a correção de rumos e ajustes a serem adotados pela instituição, quando verificados os fatores que levam ao não cumprimento da meta pelo servidor, não devendo ser compreendida como instrumento de punição. Possibilita ainda o desenvolvimento e o crescimento profissional com vistas ao alcance de suas metas individuais e dos objetivos institucionais.

5.3. Análise: fatores externos

OPORTUNIDADES	DESCRIÇÃO DO IMPACTO
1. Reconhecimento do IBC	Este fator, que obteve 84,7% de indicações, demonstra a credibilidade da instituição diante da comunidade escolar, que reconhece a relevância e qualidade dos serviços e produtos disponibilizados pelo IBC. O impacto dessa oportunidade pode ser o aumento na demanda por esses serviços e produtos pela sociedade. É possível ainda que a sociedade espere do IBC a oferta de novos produtos e serviços.
2. Convênios e parcerias com outras instituições	Com destaque de 60,9% dos pesquisados, a comunidade indica que são positivos os convênios e parcerias já firmados pelo IBC. A realização conjunta de ações e a troca de conhecimentos produzidos são aspectos que devem ser observados, em especial em tempos de recursos cada vez mais escassos. Como resultado é possível otimizar a oferta dos serviços e produtos disponibilizados por cada instituição parceira, ou de ambas, contando com a expertise e necessidade de cada uma.

3. Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores	O Programa Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, apresentado no PPA 2020-2023, destina recursos para capacitação dos servidores públicos, e o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Há, portanto, arcabouço legal que possibilita a capacitação e qualificação dos servidores, indicado por 35,9% dos pesquisados como fator externo positivo. Como impacto dessa política governamental, além da obrigatoriedade legal, o IBC elabora anualmente o Plano de Desenvolvimento de Pessoas, que permite aos servidores aquisição e aperfeiçoamento de conhecimentos e ampliação de competências e habilidades para o efetivo exercício de suas atribuições funcionais.
4. Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC	O item "Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC" foi apontado por 28,7% da comunidade pesquisada como uma oportunidade. Controlar a estrutura de custos e investimentos da instituição é muito importante para a sua sustentabilidade financeira e o alcance de seus objetivos. O orçamento direcionado para os investimentos tem profunda ligação com a gestão institucional, levando-se em consideração os processos e recursos necessários para colocar o que está planejado em ação. Além do planejamento, os relatórios financeiros e contábeis da instituição devem ser observados, permitindo-se assim que a oportunidade de investimentos seja possível e condizente com seus programas, ações e indicadores.
AMEAÇAS	**DESCRIÇÃO DO IMPACTO**
1. Redução da dotação orçamentária do IBC	Esse fator, sinalizado por 53,4% dos pesquisados, pode afetar a maioria das forças e das fraquezas já mencionadas, pois cortes e contingenciamento de recursos podem reduzir a qualidade e mesmo a continuidade da oferta de serviços finalísticos e de suporte da instituição. Embora seja um fator externo e, portanto, incontrolável, para que o efeito na instituição não seja tão negativo, sugere-se que seja realizado plano anual para a aplicação dos recursos previstos no orçamento, priorizando serviços e atividades voltados ao alcance dos objetivos estratégicos apresentados no PEI.
2. Falta de segurança, infraestrutura e mobilidade no entorno do IBC	Na pesquisa realizada, 46,1% da comunidade entrevistada indicou falta de segurança, infraestrutura e mobilidade no entorno do IBC como fator negativo. Essa ameaça pode impactar na redução do número de alunos e de cursistas da instituição, além de dificultar o acesso aos demais usuários. Com a ciência de ser um fator externo, em razão de as soluções serem de responsabilidade municipal ou estadual, é possível o IBC promover um estudo mais específico com a comunidade – alunos, servidores, funcionários, cursistas, etc – acerca desse fator e elaborar um documento solicitando providências aos órgãos competentes na tentativa de minimizar os efeitos negativos na instituição.
3. Falta de acessibilidade no entorno do IBC	A acessibilidade nas vias públicas é responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ratificando que este fator, portanto, é externo à instituição. Sinalizado na pesquisa por 34,6% dos entrevistados, o impacto da ausência de acessibilidade no entorno do IBC, que atende majoritariamente pessoas cegas e com baixa visão, pode ser significativo, afetando a quantidade de atendimentos realizados pela instituição. Da mesma forma que o fator anterior, há possibilidade de a instituição realizar um estudo sobre as condições de acessibilidade do entorno

	do IBC, com a produção de um relatório contendo diagnóstico e indicações de soluções para o órgão responsável, com vistas a reduzir o impacto negativo.
4. Pressões sociais e/ou políticas externas	A história da educação no Brasil, principalmente da educação especial, vem mostrando a fluidez das políticas públicas para este setor, de acordo com a alternância no poder de diferentes percepções sobre o assunto. Mesmo tendo, nas últimas décadas, o foco na inclusão da pessoa com deficiência, este mesmo conceito perpassa por diferentes interpretações e dinamismos político-sociais. Sendo o IBC ligado diretamente ao Gabinete do Ministro da Educação, sua proximidade com as políticas implementadas é evidente. Tais pressões também podem vir da sociedade, pela busca por melhores condições para a educação.
5. Disseminação inadequada de informações em redes sociais	Indicado por 19,8% dos entrevistados na pesquisa, por ser um fator externo, não é possível ter controle sobre o que as pessoas escrevem nas redes sociais e a inadequação do conteúdo pode afetar a credibilidade da instituição. Ao mesmo tempo, é possível pensar em propostas que possam minimizar esse impacto negativo, tais como aumento da transparência ativa e agilidade nas respostas da instituição aos cidadãos.
6. Influência político-partidária	Apontada por 18,8% dos entrevistados, a influência político-partidária pode ser percebida pelo prisma da descontinuidade nas políticas públicas em função do conflito de interesses políticos dominantes, com programas de governo que podem ser iniciados em uma gestão e modificados na próxima. Nesse contexto, o IBC, enquanto órgão público da administração direta, subordinado ao MEC, está mais suscetível ao panorama político vigente, prejudicando a estabilidade da sua atuação junto à sociedade.

5.4. RECOMENDAÇÕES PARA ALAVANCAR PONTOS FORTES E REDUZIR PONTOS FRACOS

FORÇAS	RECOMENDAÇÕES	OPORTUNIDADES / AMEAÇAS	CONSIDERAÇÕES
1. Atendimentos especializados	1. Garantir os atendimentos especializados em todos os níveis de ensino, de acordo com as demandas específicas do aluno com deficiência visual; 2. Realizar atendimentos especializados aos alunos com deficiência visual, deficiência visual associada	**Oportunidades:** Reconhecimento do IBC, Convênios e parcerias com outras instituições, Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC.	**Macroprocessos:** Ensino, Produção Técnico-Especializada.

	a outras deficiências e surdocegueira, matriculados em outras instituições em parceria com a rede regular de ensino; 3. Desenvolver programas visando a inserção ou reinserção da pessoa com deficiência visual, na idade adulta, na sociedade e no mercado do trabalho; 4. Intensificar a divulgação da oferta dos atendimentos especializados; 5. Colaborar com o SUS no atendimento médico oftalmológico especializado; 6. Ampliar a produção e a oferta de materiais especializados, disponibilizados gratuitamente para escolas públicas e instituições sem fins lucrativos que atendam alunos com deficiência visual, deficiência visual associada a outras deficiências e surdocegueira; 7. Incrementar a avaliação de materiais especializados e de tecnologias empregadas na sua produção.	**Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Falta de segurança, infraestrutura e mobilidade no entorno do IBC, Falta de acessibilidade no entorno do IBC.	**Pesquisa:** Infraestrutura e funcionamento do IBC e Condições prioritárias para a melhoria dos ambientes. **Programa de Gestão (2019-2022):** Fortalecimento do atendimento da Educação Precoce, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, respeitando a singularidade dos alunos cegos, com baixa visão, com múltiplas deficiências e surdocegos; incremento dos programas individuais de reabilitação visando a reinserção da pessoa com deficiência visual adquirida, na juventude ou na idade adulta, na sociedade e no mundo do trabalho; criação de um núcleo de habilitação e reabilitação onde sejam ofertados atendimentos terapêuticos, entre o Departamento de Educação e o Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação, que visem a melhoria física e facilitem o melhor desempenho do processo de aprendizagem do público alvo do Instituto Benjamin Constant. Criação de livros didáticos e paradidáticos com a chancela do IBC; Valorização dos nossos periódicos: Revista Brasileira para Cegos, Pontinhos e Benjamin Constant; Incremento do Centro de

			Produção de material didático especializado (bidimensional, tridimensional, Braille e tipo ampliado); Criação de novos mecanismos para adaptação de textos em Braille; Criação de um núcleo de produção de livros táteis; Incremento do áudio-livro; Incremento da coordenação de audiodescrição; Fomentar a distribuição de material didático especializado em nível nacional; Pesquisar novas possibilidades e instrumentais para produção de material didático especializado; Programa Nacional do Material Didático Especializado; Este Programa, iniciado na atual gestão, propõe a confecção e a distribuição de material didático especializado, em parceria com o FNDE, a exemplo do PNLD e PNBE já executados pelo IBC, atendendo às necessidades educacionais de alunos cegos, com baixa visão, deficiência múltipla e surdocegueira favorecendo a aquisição de conhecimento e a inclusão, de fato, desse alunado. A proposta foi apresentada para SECADI/MEC e atualmente o IBC e o MEC estão negociando com o FNDE.

2. Marca e tradição	Estimular o pioneirismo nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção técnico-especializada, reforçando o posicionamento da marca e tradição, em busca de benefícios consistentes e geração de resultados superiores.	**Oportunidades:** Reconhecimento do IBC, Convênios e parcerias com outras instituições, Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Disseminação inadequada de informações em redes sociais.	**Macroprocessos:** Ensino, Pesquisa, Extensão, Produção Técnico-Especializada. **Programa de Gestão (2019-2022):** criação do Centro de Memória do Instituto Benjamin Constant; redimensionamento e revitalização dos espaços culturais existentes.
3. Qualificação do corpo docente e técnico-administrativo	1. Valorizar e motivar os servidores com foco nos resultados institucionais; 2. Investir no potencial humano, reconhecendo-o como o recurso estratégico mais importante para o desenvolvimento e sucesso institucional; 3. Criar ações que oportunizem o envolvimento e o comprometimento de todos os servidores, de modo coerente e convergente com os objetivos estratégicos do IBC; 4. Elaborar anualmente o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), em atendimento às disposições legais, com vistas ao desenvolvimento do profissional e ao cumprimento dos objetivos institucionais.	**Oportunidades:** Convênios e parcerias com outras instituições, Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Disseminação inadequada de informações em redes sociais.	**Macroprocessos:** Todos. **Pesquisa:** Infraestrutura e funcionamento do IBC e Condições prioritárias para a melhoria dos ambientes. **Programa de Gestão (2019-2022):** constituição de plano estratégico de capacitação dos servidores, atendendo às especificidades de cada carreira da Instituição; apoio, sempre que possível e atendendo aos interesses da Instituição, às ações individuais de capacitação.
4. Expansão dos níveis de educação	1. Oferecer cursos de pós-graduação lato e stricto-sensu; 2. Ampliar a oferta de cursos de extensão e de aperfeiçoamento, nas modalidades presencial e a distância; 3. Ampliar a oferta de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;	**Oportunidades:** Reconhecimento do IBC, Convênios e parcerias com outras instituições, Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Falta de segurança, infraestrutura	**Macroprocessos:** Ensino, Pesquisa, Extensão. **Pesquisa:** Infraestrutura e funcionamento do IBC. **Programa de Gestão (2019-2022):** oferta de Educação Profissional Téc-

	4. Implantar os Cursos de Tecnólogo Superior e de Graduação; 5. Alavancar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas; 6. Ampliar a inserção nas discussões educacionais em nível local, nacional e internacional.	e mobilidade no entorno do IBC, Falta de acessibilidade no entorno do IBC.	nica de Nível Médio, nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio, bem como Educação Técnica de Nível Médio integrada à Educação de Jovens e adultos – PROEJA; incremento dos cursos de qualificação existentes e oferta de cursos FIC (cursos de formação inicial e continuada em nível de aperfeiçoamento); oferta de cursos de pós-graduação, lato-sensu (especialização) e stricto-sensu (mestrado e doutorado); incremento de cursos na modalidade de Educação a Distância; oferta de cursos buscando a recolocação da pessoa com deficiência visual adquirida no mundo do trabalho, fomentando o empreendedorismo individual e coletivo.
5. Currículo específico	1. Atender a diversidade e as especificidades dos alunos, articulando com a proposta pedagógica do ensino comum; 2. Promover o ensino do Sistema Braille, das técnicas de cálculo no soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da realização de adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros;	**Oportunidades:** Reconhecimento do IBC, Convênios e parcerias com outras instituições, Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Falta de segurança, infraestrutura e mobilidade no entorno do IBC, Falta de acessibilidade no entorno do IBC.	**Macroprocesso:** Ensino. **Pesquisa:** Infraestrutura e funcionamento do IBC. **Programa de Gestão (2019-2022):** Garantir ao público alvo do IBC a possibilidade de serem cidadãos, dentro da individualidade de cada um, respeitando os limites impostos pela deficiência, mas nunca alijando-os das verdadeiras possibilidades de crescimento, físico, intelectual e, sobretudo, social.

	3. Assegurar a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão dos estudos.		

FRAQUEZAS	RECOMENDAÇÕES	OPORTUNIDADES / AMEAÇAS	CONSIDERAÇÕES
1. Comunicação entre os diversos segmentos e setores (57,6%)	1. Aperfeiçoar o diálogo institucional; 2. Buscar aproximação entre os diversos segmentos e unidades do IBC, favorecendo as ações de natureza transversal, gestão do conhecimento e atuação coletiva; 3. Implantar a cultura de reuniões de trabalho por setores, incentivar os gestores a dar *feedback* aos seus pares acerca das reuniões diretivas e adoção de abordagem multidisciplinar dos problemas e demandas; 4. Desenvolver uma política de comunicação; 5. Promover comunicação clara, direta, objetiva, tempestiva, ágil, oportuna, consistente e acessível, que transmita as informações necessárias que sejam de interesse dos públicos interno e externo, fluindo de maneira harmônica no sentido vertical e horizontal da estrutura organizacional; 6. Fortalecer a imagem institucional; 7. Ampliar e intensificar a divulgação das ações do IBC, visando à consolidação da sua imagem institucional.	**Oportunidades:** Convênios e parcerias com outras instituições, Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Disseminação inadequada de informações em redes sociais.	**Macroprocessos:** Todos **Pesquisa:** Meios de comunicação preferidos para informativos institucionais e Infraestrutura e funcionamento do IBC. **Programa de Gestão (2019-2022):** Disseminação de informações internas e externas, proporcionando maior transparência e visibilidade da instituição; continuidade do apoio no desenvolvimento da comunicação institucional.

	8. Elaborar plano de ação institucional que apresente propostas para melhorar o fluxo, a qualidade e a efetividade da comunicação entre os diversos setores – gabinete, departamentos, divisões, coordenações – e também entre os setores e os segmentos (usuários/beneficiários) atendidos pela instituição, levando em consideração os meios de comunicação preferidos pela comunidade (WhatsApp, e-mail e site do IBC), apontados no item 2 da pesquisa de opinião.		
2. Processos e procedimentos não estruturados (39,9%)	1. Mapear, desburocratizar e sistematizar os processos internos; 2. Promover a simplificação, a integração e a padronização dos processos internos, eliminando exigências de rotinas que geram fluxos desconexos, buscando a forma mais eficiente de executá-las, diminuindo a burocracia; 3. Utilizar a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de forma sistêmica, para racionalizar, aperfeiçoar e dar celeridade aos processos de trabalho; 4. Integrar as ações de planejamento, avaliar e aperfeiçoar a gestão; 5. Promover a eficiência operacional por meio da execução da gestão estratégica, visando ao alcance de resultados institucionais; 6. Medir, acompanhar e avaliar a eficiência operacional dos processos de trabalho, alinhando-os à gestão estratégica;	**Oportunidades:** Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Disseminação inadequada de informações em redes sociais.	**Macroprocessos:** Todos. **Pesquisa:** Infraestrutura e funcionamento do IBC.

	7. Criar setor (Unidade de Gestão Estratégica - UGE) ou grupo de trabalho que apresente um estudo para orientar a implantação de gestão de processos na instituição.		
3. Sistemas informatizados (33,5%)	1. Promover o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação no processo de integração interna e externa do IBC; 2. Implementar o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), apresentando à comunidade do IBC plano de trabalho com etapas e prazos.	**Oportunidades:** Convênios e parcerias com outras instituições; Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Disseminação inadequada de informações em redes sociais.	**Macroprocessos:** Todos. **Pesquisa:** Infraestrutura e funcionamento do IBC e Condições prioritárias para a melhoria dos ambientes. **Programa de Gestão (2019-2022):** Continuidade ao processo de reforma da rede lógica do IBC; Aquisição de sistemas voltados ao registro acadêmico e à gestão administrativa; Desenvolvimento de planejamento para reposição de material de informática; Aumento de pessoal especializado na área da tecnologia da informação; Consolidação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação.

4. Dimensionamento da força de trabalho - quantidade e alocação (30%)	1. Realizar levantamento da distribuição da força de trabalho (professores, técnicos e funcionários contratados), assim como do perfil desses trabalhadores. Esse relatório possibilitará que seja feito um estudo para melhor alocação dos profissionais, levando em consideração as suas competências e habilidades, seus cargos e as necessidades institucionais apresentadas nos objetivos estratégicos; 2. Gerir competências, possibilitando o contínuo e gradativo desenvolvimento técnico, gerencial e pessoal de todo o corpo funcional, capacitando-o para a utilização de novas tecnologias, ferramentas, métodos e técnicas de trabalho, fomentando o comprometimento, a cooperação e a proatividade.	**Oportunidades:** Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC.	**Macroprocessos:** Todos. Pesquisa: Infraestrutura e funcionamento do IBC e Condições prioritárias para a melhoria dos ambientes. **Programa de Gestão (2019-2022):** Aumento do quadro efetivo de docentes e técnico-administrativos do IBC.
5. Programa de qualidade de vida (27%)	1. Desenvolver a política de saúde e qualidade de vida para os profissionais que atuam no IBC; 2. Fortalecer a prevenção de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho por meio da eliminação ou redução dos riscos existentes nos ambientes e processos de trabalho.	**Oportunidades:** Convênios e parcerias com outras instituições, Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores, Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC. **Ameaças:** Redução da dotação orçamentária do IBC, Disseminação inadequada de informações em redes sociais.	**Macroprocessos:** Todos.
6. Corporativismo (19,3%)	1. Promover campanhas de conscientização, conjuntamente com a comissão de ética da instituição, a fim de tratar desse tema;	**Oportunidades:** Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores.	**Macroprocessos:** Todos.

	2. Aprimorar os sistemas de avaliação individual e institucional, com o objetivo de valorizar os profissionais do IBC, considerando que suas habilidades e competências são fundamentais para o desenvolvimento da instituição.	**Ameaças:** Disseminação inadequada de informações em redes sociais, influência político-partidária.	
7. Avaliação de desempenho (15,5%)	1. Aprimorar a avaliação de desempenho, com uso de mecanismos transparentes, tendo por objetivos o reconhecimento, o incentivo e a valorização dos servidores, levando-se em consideração as necessidades da instituição.	**Oportunidades:** Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores. **Ameaças:** Disseminação inadequada de informações em redes sociais, influência político-partidária.	**Macroprocessos:** Todos.

6. CADEIA DE VALOR INTEGRADA

A cadeia de valor apresentada segue definição conceitual, organizando as funções da instituição em finalísticas, governança e suporte, subdividindo-se em macroprocessos e processos, conforme quadros apresentados nos itens 6.1 e 6.2.

6.1. REPRESENTAÇÃO VISUAL

6.2. FUNÇÕES, MACROPROCESSOS E PROCESSOS

FUNÇÕES	MACROPROCESSOS	PROCESSOS	UNIDADES QUE ATUAM
FINALÍSTICAS (Macroprocessos associados às atividades-fim do IBC, agregando valor diretamente para os beneficiários do ensino, da pesquisa e da extensão)	**Ensino**	Fazer a gestão pedagógica	DED/DMR
		Acompanhar o processo ensino-aprendizagem	
		Ofertar cursos e programas	
		Selecionar novos alunos	
		Prestar assistência ao educando	
		Prover suporte pedagógico	
	Pesquisa	Fomentar programas de pesquisas e inovação	DPPE/DED/DMR/DTE
		Ofertar programas de pós-graduação	
		Fomentar a qualificação acadêmica	
	Extensão	Fomentar ações de extensão	DPPE/DED/DMR/DTE
		Fazer acompanhamento dos egressos	
	Produção Técnico-Especializada	Produzir e distribuir materiais especializados para pessoas com deficiência visual (livros/revistas em braile, ampliados, livros falados, materiais grafotáteis/tridimensionais, audiodescrições e livros táteis)	DTE/DED/DPPE/DMR
		Atuar na avaliação de materiais especializados e de tecnologias empregadas na sua produção	
	Gestão de Registros Acadêmicos	Administrar registros escolares	GAB/Secretaria Geral
		Gerir informações acadêmicas	
GOVERNANÇA	**Planejamento e Orçamento**	Gerir o plano plurianual	GAB/UGE*

(Macroprocesso direcionado ao desenvolvimento e à gestão institucional por meio de planejamento, gestão e controle)		Gerir o orçamento	
	Gestão Estratégica	Elaborar o planejamento da instituição	GAB/UGE*
		Gerir o portfólio de produtos e serviços	
		Gerir o portfólio de projetos e processos	
		Monitorar e avaliar a estratégia	
		Gerir as prestações de contas	
		Gerir o desempenho e a contratualização de resultados	
		Gerir a transformação digital dos serviços	
		Implementar a gestão de riscos	
	Gestão do Conhecimento	Gerir documentos	GAB/UGE*
		Gerir dados	
		Gerir informações	
		Gerir a segurança da informação e comunicações	
	Participação e Controle Social	Gerir o atendimento ao público	GAB/Assessoria
		Gerir a transparência ativa	
		Gerir o acesso à informação	
		Gerir os dados abertos	
	Comunicação e Relações Institucionais	Estabelecer e fortalecer relações institucionais	GAB/Assessoria
		Aprimorar a articulação institucional	
		Realizar articulação com a AGU (CJU/RJ) para assessoria jurídica	

		Promover a comunicação institucional	GAB/CCMI
	Controles	Atender demandas da CGU e do TCU	GAB/Assessoria
		Gerir atividades de correição	
		Realizar controle interno	GAB/CIG*
DE SUPORTE (Macroprocessos associados às atividades de suporte e apoio, tais como tecnologia da informação e comunicação, recursos humanos, infraestrutura, bens e contratos, orçamento e outras)	**Gestão de Logística e Infraestrutura**	Manter a infraestrutura física	DPA/GAB/DED/DMR/DTE/DPPE
		Prover serviços de apoio operacional	DPA
		Fomentar práticas sustentáveis	DPA/GAB/DED/DMR/DTE/DPPE
		Gerir contratações e aquisições de bens e serviços	DPA/GAB/DED/DMR/DTE/DPPE
		Gerir patrimônio	DPA/GAB/DED/DMR/DTE/DPPE
	Gestão de Pessoas	Administrar cargos vagos	DPA
		Registrar e administrar informações de pessoal	DPA
		Desenvolver pessoas	DPA/GAB/DED/DMR/DTE/DPPE
		Promover a gestão de desempenho	DPA/GAB/DED/DMR/DTE/DPPE
		Promover a qualidade de vida no trabalho	DPA/GAB/DED/DMR/DTE/DPPE
		Atender demandas trabalhistas	DPA
	Gestão de TIC	Suportar a infraestrutura de TIC	GAB/CGI
		Dar suporte técnico	
		Prover soluções informatizadas	
		Promover a governança da TIC	
	Gestão Financeira, Contábil e de Custos	Elaborar planejamento orçamentário	DPA
		Fazer a gestão de recursos financeiros	DPA
		Elaborar demonstrativos contábeis	DPA

*Observação: A comissão elaboradora do PEI/IBC sugere a criação da Unidade de Gestão Estratégica (UGE) e do Comitê Interno de Governança (CIG).

6.3. MACROPROCESSO ENSINO

Descrição do macroprocesso	Sistema de formação especializada, de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, promovendo a educação transformadora, inclusiva e integrada, estimulando o comportamento ético, a cidadania e o pensamento reflexivo e da senhoridade científica. Abrange todos os níveis de ensino e a reabilitação.
Objetivos do macroprocesso	• Fazer a gestão pedagógica do processo ensino-aprendizagem, a fim de oportunizar aos alunos um ensino especializado de qualidade para sua inclusão na sociedade; • Prestar assistência ao educando, presencial e a distância, acessibilizando conteúdo de disciplinas, atividades pedagógicas, material de ensino e atendimentos especializados diversos; • Ofertar cursos e programas para a formação e capacitação de profissionais que atuarão no âmbito da educação relativa à deficiência visual, à deficiência visual associada a outras deficiências e à surdocegueira; • Promover a capacitação e a inserção dos alunos no mercado de trabalho por meio do Ensino Profissional e/ou Superior.
Entradas (insumos)	Crianças, jovens e adultos interessados no processo de ensino; Estudantes e profissionais interessados em desenvolver pesquisa; Material didático especializado; Material hospitalar; Recursos ópticos; Tecnologia assistiva; Equipe docente; Equipe técnica; Voluntários.

Saídas (produtos ou serviços)	Atendimento na Educação Precoce; Formação no Ensino Básico; Formação no Ensino Profissional; Formação no Ensino Superior: • Graduação: ➢ Bacharelado; ➢ Licenciatura; ➢ Tecnologia. • Pós-graduação: ➢ Residência médica em oftalmologia; ➢ *Lato sensu* e *stricto sensu* na área da deficiência visual, da deficiência visual associada a outras deficiências e da Surdocegueira; Capacitação na área de deficiência visual; Atendimento individualizado: • Multidisciplinar • Deficiência múltipla • Surdocegueira • Programa de reabilitação; Encaminhamento de pessoas com deficiência visual ao mercado de trabalho; Atendimento médico oftalmológico.
Usuários / Beneficiários	Aluno; Cursista;

	Estagiário; Instituições parceiras (públicas e privadas); Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	DED, DMR, DPPE e DTE.
Legislação relacionada	LEI Nº 13.971, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019: Institui o Plano plurianual da união para o período de 2020 a 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm LEI N° 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LDB- Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm LEI Nº 6.932, DE 7 DE JULHO DE 1981: Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6932.htm DECRETO Nº 7.612/2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm DECRETO Nº 7.562, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições que ofertam residência médica e de programas de residência médica. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7562.htm DECRETO Nº 6.094/2007. Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm DECRETO Nº 80.281 DE 5 DE SETEMBRO DE 1977. Regulamenta a Residência Médica, cria a Comissão Nacional de Residência Médica e dá outras providências. Brasília, 1977 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D80281.htm

	PORTARIA Nº 310, 3 DE ABRIL DE 2018. Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant-IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8974331/do1-2018-04-04-portaria-n-310-de-3-de-abril-de-2018-8974327 PORTARIA N° 288 DE 19 MAIO DE 2008. Brasília: Diário da República Federativa do Brasil, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0288_19_05_2008.html PORTARIA Nº 358, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015: Institui o Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC – PDI. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Planos_de_Desenvolvimento_Institucional/2015/PDIIBC.pdf PORTARIA N° 957 DE 15 MAIO DE 2008. Brasília: Diário da República Federativa do Brasil, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0957_15_05_2008.html PORTARIA Nº 3.284/2003. Requisitos de acessibilidade, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IBC. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/PPP/Reformulacao_PPP_2020docx.pdf

6.4. MACROPROCESSO PESQUISA

Descrição do macroprocesso	Conjunto de atividades destinadas à produção e à disseminação do conhecimento técnico-científico, com vistas a fornecer informações/dados relevantes à sociedade nas questões relativas à deficiência visual, à deficiência visual associada a outras deficiências e à surdocegueira.
Objetivos do macroprocesso	Disseminar conhecimentos na área da deficiência visual, por meio da: • Realização e divulgação de estudos e pesquisas; • Publicação de artigos, livros técnico-científicos e produtos educacionais; • Realização de eventos acadêmicos e científicos; • Oferta de cursos em nível de pós-graduação;

	• Disponibilização de publicações técnico-científicas na área.
Entradas (insumos)	Equipe técnica e pedagógica; Estudantes e profissionais interessados em desenvolver pesquisa; Profissionais interessados nos cursos de pós-graduação; Propostas de estudo/pesquisa; Submissão de artigos/livros; Propostas de eventos; Recursos tecnológicos.
Saídas (produtos ou serviços)	Pesquisas desenvolvidas; Publicações técnico-científicas produzidas; Profissionais e estudantes qualificados nos eventos realizados; Profissionais qualificados em nível de pós-graduação; Acervo técnico-científico disponibilizado.
Usuários / Beneficiários	Professores; Pesquisadores; Estudantes; Profissionais de diversas áreas; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	DPPE
Legislação relacionada	LEI Nº 13.971, de 27 DE DEZEMBRO DE 2019: Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm

	RESOLUÇÃO MEC Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 RESOLUÇÃO nº 7, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017: Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78281-rces007-17-pdf/file RESOLUÇÃO CONEP Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012: Trata de testes e pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf e RESOLUÇÃO CONEP Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf PORTARIA IBC Nº 300, DE 4 DE JULHO DE 2019: Regimento Interno do Curso de Mestrado Profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual. PORTARIA IBC Nº 299, DE 4 DE JULHO DE 2019: Aprova o Curso de Mestrado Profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual. PORTARIA IBC Nº 20, DE 16 DE JANEIRO DE 2019: Estabelece as diretrizes e as normas para a criação de cursos de pós-graduação lato sensu na temática da deficiência visual no Instituto Benjamin Constant. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/DPPE/Geral_departamento/2019/Regulamento-Geral-dos-Cursos-de-Ps-Graduao-Lato-Sensu-do-IBC.pdf PORTARIA IBC Nº 442, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018: Publicou a Política de Publicação da Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/DPPE/DPP/2019/Poltica-de-Publicao-da-DPP.pdf PORTARIA IBC Nº 242, DE 14 DE AGOSTO DE 2018: Publicou o Regimento de Centro de Estudos e Pesquisas do IBC. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/DPPE/CENTRO_DE_ESTUDOS/2018/Regimento-CEPEQ_Portaria-242.pdf PORTARIA Nº 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018: Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Regimentos_internos/PORTARIA-N-310-DE-3-DE-ABRIL-DE-2018---Dirio-Oficial-da-Unio---Imprensa-Nacional.pdf PORTARIA SETEC Nº 17, DE 11 DE MAIO DE 2016: Estabelece diretrizes para a regulamentação das atividades docentes. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206

	PORTARIA Nº 358, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015: Institui o Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Planos_de_Desenvolvimento_Institucional/2015/PDIIBC.pdf

6.5. MACROPROCESSO EXTENSÃO

Descrição do macroprocesso	Compreende atividades destinadas à disseminação de conhecimento na área da deficiência visual, contribuindo para a formação de profissionais nessa área e, consequentemente, para a inclusão social da pessoa com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira.
Objetivos do macroprocesso	• Disseminar conhecimentos na área da deficiência visual, por meio da oferta e realização de oficinas, de cursos de aperfeiçoamento e demais atividades extensionistas, assim como por intermédio da participação de profissionais do IBC em eventos a convite de outras instituições; • Coordenar e supervisionar atividades extensionistas desenvolvidas pelo IBC, bem como cadastrar atividades de extensão provenientes de outras instituições; • Coordenar e supervisionar o programa de estágio dos alunos do IBC; • Coordenar e supervisionar o programa de voluntariado do IBC; • Realizar levantamento de dados dos alunos egressos da instituição.
Entradas (insumos)	Equipe técnica e pedagógica; Professores e técnicos que ministrarão os cursos e as oficinas; Programas de oficinas e cursos elaborados; Estudantes, profissionais e cidadãos interessados nas oficinas e/ou nos cursos; Instituições parceiras interessadas; Atividades extensionistas apresentadas; Estudantes do IBC;

	Alunos egressos; Cidadãos interessados em atuar como voluntários; Recursos tecnológicos; Materiais didáticos.
Saídas (produtos ou serviços)	Profissionais capacitados/qualificados na área; Cidadãos com conhecimentos diversos na área da deficiência visual; Instituições parceiras atendidas; Estudantes encaminhados para estágio; Cidadãos encaminhados para atuação como voluntário; Atividades extensionistas realizadas; Dados dos alunos egressos levantados.
Usuários / Beneficiários	Profissionais da educação; Profissionais de diversas áreas; Estudantes; Sociedade; Instituições parceiras (públicas e privadas).
Executores / unidades responsáveis	DPPE
Legislação relacionada	LEI Nº 13.971, de 27 DE DEZEMBRO DE 2019: Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008: Dispõe sobre estágio de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998: Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm

	RESOLUÇÃO CNE Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 213, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019: Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690 PORTARIA Nº 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018: Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Regimentos_internos/PORTARIA-N-310-DE-3-DE-ABRIL-DE-2018---Dirio-Oficial-da-Unio---Imprensa-Nacional.pdf PORTARIA SETEC Nº 17, DE 11 DE MAIO DE 2016: Estabelece diretrizes para a regulamentação das atividades docentes. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206 PORTARIA Nº 358, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015: Institui o Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Planos_de_Desenvolvimento_Institucional/2015/PDIIBC.pdf

6.6. MACROPROCESSO PRODUÇÃO TÉCNICO-ESPECIALIZADA

Descrição do macroprocesso	Envolve os processos de desenvolvimento, produção e distribuição de materiais especializados para pessoas com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira, promovendo sua inclusão na sociedade.
Objetivos do macroprocesso	• Ofertar materiais didáticos especializados que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem; • Contribuir para a difusão do Sistema Braille; • Auxiliar no desenvolvimento de tecnologias assistivas, por meio da avaliação de materiais especializados e de tecnologias empregadas na sua produção.
Entradas (insumos)	Equipe técnica e docente; Funcionários terceirizados;

	Impressoras braille e 3D; Thermoform; Papéis; Películas de PVC; Cds; Outros.
Saídas (produtos ou serviços)	Livros e revistas em braile; Livros e revistas ampliados; Livros falados; Materiais grafotáteis e tridimensionais; Audiodescrições; Livros táteis.
Usuários / Beneficiários	Alunos do IBC; Cursistas; Estagiários; Servidores; Funcionários terceirizados; Alunos da rede pública regular de ensino com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira; Usuários do Sistema Braille de todo o Brasil; CAPs, Bibliotecas, Instituições e Associações de Apoio a pessoa com deficiência visual e demais instituições públicas.
Executores / unidades respon-sáveis	DTE

Legislação relacionada	LEI 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm LEI 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998: Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm DECRETO 9.522, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018: Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm NORMAS TÉCNICAS PARA A PRODUÇÃO DE TEXTOS EM BRAILLE, disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/CEGUEIRA_E_BAIXA_VISAO/Braille/Normas-Tcnicas-para-a-Produo-de-Textos-em-Braille_.pdf GRAFIA QUÍMICA BRAILLE PARA USO NO BRASIL, disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/CEGUEIRA_E_BAIXA_VISAO/Braille/Grafia-Qumica-Braille.pdf GRAFIA BRAILLE PARA INFORMÁTICA, disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/CEGUEIRA_E_BAIXA_VISAO/Braille/Grafia-Braille-para-Informtica.pdf GRAFIA BRAILLE PARA A LÍNGUA PORTUGUESA, disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/CEGUEIRA_E_BAIXA_VISAO/Braille/Grafia-Braille-para-a-Lngua-Portuguesa_.pdf CÓDIGO MATEMÁTICO UNIFICADO PARA A LÍNGUA PORTUGUESA - CMU, disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/CEGUEIRA_E_BAIXA_VISAO/Braille/Cdigo-Matemtico-Unificado.pdf

6.7. MACROPROCESSO GESTÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

Descrição do macroprocesso	Organização, produção e gestão de informações, direcionadas a atender a comunidade acadêmica. Concepção administrativa, técnicas, práticas e organização do registro acadêmico, norteadas por legislação e políticas públicas educacionais, são construídas a partir de uma gestão democrática e da relação de interdependência entre a Secretaria

	Acadêmica e o Departamento de Educação (DED), o Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação (DMR) e o Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE).
Objetivos do macroprocesso	• Promover o acesso às informações acadêmicas, por meio de sistemas informatizados; • Assegurar a preservação dos documentos.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Equipamentos; Sistemas informatizados de registros acadêmicos.
Saídas (produtos ou serviços)	Atendimento ao público via protocolos e processos eficientes; Sistema de gestão informatizado com acesso online à comunidade acadêmica; Produção documental (históricos escolares, certificados, diplomas, extratos escolares, requerimentos, declarações, dentre outros); Relatório Anual; Censo Escolar.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Pais e/ou responsáveis legais; Servidores; Egressos; Ministério da Educação;
Executores / unidades responsáveis	Secretaria Acadêmica, com DED, DMR, DPPE e DTE.
Legislação relacionada	LEI N° 13.005/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LDB. LEI Nº 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm LEI Nº 9.131, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995: Cria o Conselho Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm PORTARIA Nº 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018: Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Regimentos_internos/PORTARIA-N-310-DE-3-DE-ABRIL-DE-2018---Dirio-Oficial-da-Unio---Imprensa-Nacional.pdf PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IBC. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/PPP/Reformulacao_PPP_2020docx.pdf

6.8. MACROPROCESSO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Descrição do macroprocesso	Desempenha as funções de: propor, coordenar, gerenciar e avaliar as atividades de planejamento da instituição; elaborar e acompanhar a proposta orçamentária, assegurando recursos para a execução da estratégia e das despesas orçamentárias; e aperfeiçoar o processo de gestão orçamentária e financeira.
Objetivos do macroprocesso	• Gerir o Plano Plurianual (PPA); • Gerir o orçamento; • Disponibilizar os créditos orçamentários no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); • Acompanhar e avaliar a posição orçamentária de pessoal e encargos sociais, e outras despesas correntes e de investimentos; • Ajustar o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD); • Elaborar a Proposta Orçamentária Anual; • Elaborar Relatórios Gerenciais, evidenciando a situação orçamentária e financeira; • Elaborar e aprimorar o Modelo de Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capital (OCC); • Solicitar créditos adicionais à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do Ministério da Educação.
Entradas (insumos)	Equipe técnica;

	Sistemas de informação; Lei Orçamentária Anual (LOA); Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano Plurianual (PPA); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Saídas (produtos ou serviços)	Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano Plurianual (PPA); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Relatório de Gestão; Quadro de Detalhamento da Despesa; Proposta Orçamentária Anual; Modelo de Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capital (OCC).
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Estagiários; Voluntários; Servidores; Funcionários terceirizados; Pacientes; Instituições parceiras (públicas e privadas); Ministério da Educação; Ministério da Economia;

	Órgãos de Controle; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	Conselho Diretor; Direção Geral; Departamento de Planejamento e Administração (DPA).
Legislação relacionada	LEI Nº 13.971, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019: Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020-2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm DECRETO Nº 10.046, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019: Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) / LEI 13.978, DE 17 DE JANEIRO DE 2020: Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13978.htm LEI 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001: Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10180.htm DECRETO Nº 10.321, DE 15 DE ABRIL DE 2020: Regulamenta a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União, para o período de 2020-2023, e altera o Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, que institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.321-de-15-de-abril-de-2020-252726412 DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO 2017: Dispõe sobre a Política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm INSTRUÇÃO NORMATIVA ME Nº 24, DE 18 DE MARÇO DE 2020: Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal- SIORG. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-24-de-18-de-marco-de-2020-251068261

6.9. MACROPROCESSO GESTÃO ESTRATÉGICA

Descrição do macroprocesso	Envolve decisões sobre as diretrizes, normas, planos, programas, estruturas, serviços, processos, procedimentos e recursos para realizar as atividades da organização, assim como estabelece a definição dos objetivos e dos meios para alcançá-los, influenciando diretamente o resultado de políticas e programas.
Objetivos do macroprocesso	• Gerir o desempenho da instituição, por meio da definição do planejamento, do monitoramento dos resultados e da promoção do alinhamento dos esforços para o alcance desses resultados; Os processos que compõem esse macroprocesso são: • Elaborar o planejamento institucional; • Gerir o portfólio de produtos e serviços e o desempenho da instituição; • Gerir o portfólio de projetos e processos; • Monitorar e avaliar a estratégia; • Gerir as prestações de contas; • Gerir a transformação digital dos serviços; • Implementar a gestão de riscos.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Sistemas de informação; Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano Plurianual (PPA); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Saídas (produtos ou serviços)	Plano da instituição alinhado ao Plano Plurianual, com objetivos estratégicos definidos; Desempenho e resultados (produtos e serviços) monitorados; Atividades, processos e projetos institucionais estruturados e integrados;

	Relatório de prestação de contas elaborado.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Estagiários; Voluntários; Servidores; Funcionários terceirizados; Pacientes; Instituições parceiras (públicas e privadas); Ministério da Educação; Ministério da Economia; Órgãos de Controle; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	Conselho Diretor; Direção Geral; Comitê Interno de Governança (CIG); Unidade de Gestão Estratégica (UGE).
Legislação relacionada	LEI Nº 13.971, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019: Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020-2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm DECRETO Nº 10.046, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019: Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm DECRETO Nº 10.321, DE 15 DE ABRIL DE 2020: Regulamenta a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União, para o período de 2020-2023, e altera o Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, que institui o

	Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.321-de-15-de-abril-de-2020-252726412 DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO 2017: Dispõe sobre a Política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm INSTRUÇÃO NORMATIVA ME Nº 24, DE 18 DE MARÇO DE 2020: Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal- SIORG. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-24-de-18-de-marco-de-2020-251068261

6.10. MACROPROCESSO GESTÃO DO CONHECIMENTO

Descrição do macroprocesso	Desempenha a promoção de ações de gestão da informação e de gestão do conhecimento. Tem por finalidade promover, orientar e acompanhar tais ações, por meio da proposição de estratégias, políticas, normas e procedimentos. A gestão da informação é um processo que contempla atividades de busca, classificação, processamento, armazenamento e disseminação de informações. Tem como objetivo promover o acesso de informações relevantes para a atuação dos profissionais no âmbito institucional. A gestão do conhecimento é um processo sistemático, articulado e intencional, apoiado na geração, codificação, disseminação e apropriação de conhecimentos, com o propósito de atingir a excelência organizacional. Em síntese, um processo que busca controlar, facilitar o acesso e manter um gerenciamento integrado sobre informações estratégicas em seus diversos meios e suportes. O sucesso da gestão do conhecimento depende da sinergia entre diversas áreas institucionais, em especial a gestão de pessoas, de processos e de TIC.
Objetivos do macroprocesso	• Gerir documentos; • Gerir dados; • Gerir informações; • Gerir conhecimento; • Gerir a segurança da informação e comunicação;

Entradas (insumos)	Equipe técnica; Sistemas de informação; Planejamento Estratégico Institucional (PEI).
Saídas (produtos ou serviços)	Desenvolvimento e estabelecimento: • Política de gestão de documentos e informações; • Política de sistematização de processos internos; • Política da segurança da informação e comunicação.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Estagiários; Voluntários; Servidores; Funcionários terceirizados; Pacientes; Instituições parceiras (públicas e privadas); Ministério da Economia; Órgãos de Controle; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	Conselho Diretor; Direção Geral; Departamento de Planejamento e Administração (DPA).
Legislação relacionada	LEI 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm

	LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm LEI 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018**.** Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm DECRETO 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm DECRETO 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm DECRETO 10.332, DE 28 DE ABRIL DE 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cciViL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10332.htm#art14 DECRETO 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016**.** Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO 2017. Dispõe sobre a Política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm DECRETO Nº 10.382, DE 28 DE MAIO DE 2020: Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10382.htm

	INSTRUÇÃO NORMATIVA ME Nº 24, DE 18 DE MARÇO DE 2020: Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal- SIORG. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-24-de-18-de-marco-de-2020-251068261

6.11. MACROPROCESSO PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Descrição do macroprocesso	Prestação de informações pela instituição, com a realização de ações que promovam a transparência ativa e passiva, além da interlocução direta com as partes interessadas, estimulando o controle social, observando-se a legislação vigente.
Objetivos do macroprocesso	Tornar disponíveis ao público alvo, à sociedade e a outros atores, informações acerca da gestão pública e dos resultados da instituição. Os processos que compõem esse macroprocesso são: • Gerir o atendimento ao público; • Gerir a transparência ativa; • Gerir o acesso à informação; • Gerir os dados abertos.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Sistemas de informação; Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano de Dados Abertos (PDA); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Saídas (produtos ou serviços)	Partes interessadas atendidas por meio dos diversos canais de comunicação disponibilizados pela instituição; Plano de Dados Abertos elaborado e divulgado no site da instituição;

	Dados institucionais periodicamente divulgados e atualizados nos canais competentes.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Estagiários; Voluntários; Servidores; Funcionários terceirizados; Pacientes; Instituições parceiras (públicas e privadas); Ministério da Educação; Ministério da Economia; Órgãos de Controle; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	Conselho Diretor; Direção Geral; Comitê Interno de Governança (CIG); Assessoria.
Legislação relacionada	LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm LEI nº 13.709, DE 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

	LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm DECRETO Nº 9.903, DE 8 DE JULHO DE 2019. Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9903.htm DECRETO Nº 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm

6.12. MACROPROCESSO COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Descrição do macroprocesso	A Comunicação desempenha a função de produzir e divulgar a imagem da instituição enquanto entidade pública de ensino de qualidade, primando pela veiculação da sua produtividade sobre o conhecimento e as atividades nela realizadas, por meio de todos os seus processos. À função de Relações Institucionais compete cooperar com o propósito de firmar convênios e parcerias no âmbito local, nacional e internacional, com instituições e entidades na busca de implementação conjunta de programas, projetos e capacitações, bem como no intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, envolvendo as diversas áreas do conhecimento, de modo a contribuir para o desenvolvimento institucional.
Objetivos do macroprocesso	Comunicação:

	• Elaborar e fomentar a política institucional de comunicação; • Estreitar relações com as unidades organizacionais; • Estimular a comunicação interna por meio de ferramentas digitais; • Elaborar e executar o Plano de Comunicação; • Manter permanente articulação com a imprensa; • Produzir material de marketing institucional; • Realizar pesquisas de opinião; • Administrar e atualizar o sítio eletrônico da instituição na internet. Relações Institucionais: • Prestar assessoria às diversas unidades acadêmicas e administrativas nos contatos, elaboração e execução de acordos de cooperação, convênios, parcerias e realização de eventos; • Estimular a realização de intercâmbios acadêmicos; • Mapear e divulgar oportunidades de fomento e de incentivo a estudantes, servidores e pesquisadores da instituição; • Sensibilizar a comunidade da instituição sobre a importância do IBC para troca de experiências com instituições nacionais e internacionais.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Sistemas informatizados; Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Plano de Comunicação.
Saídas (produtos ou serviços)	Plano de Comunicação; Acordos de Cooperação; Convênios; Eventos.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas;

	Estagiários; Voluntários; Servidores; Funcionários terceirizados; Pacientes; Instituições parceiras (públicas e privadas); Ministério da Economia; Órgãos de Controle; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	Direção Geral; Assessorias; CCMI.
Legislação relacionada	LEI Nº 13.844, DE 18 DE JUNHO DE 2019: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm LEI Nº 13.019 DE 31 DE JULHO DE 2014: Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação e o Decreto 8726, de 27/04/2016, que regulamenta a Lei 13.019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm DECRETO Nº 7.379 DE 1 DE DEZEMBRO DE 2010: Dá nova redação e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7379.htm#art1 DECRETO Nº 6555, DE 8 DE SETEMBRO DE 2008: Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6555.htm#art14 PORTARIA Nº 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018: Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant- IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1.998. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8974331/do1-2018-04-04-portaria-n-310-de-3-de-abril-de-2018-8974327

	PORTARIA Nº 358, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015: Institui o Plano]]de Desenvolvimento Institucional do Instituto Benjamin Constant-PDI. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Planos_de_Desenvolvimento_Institucional/2015/PDIIBC.pdf PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI/IBC 2020-2023)

6.13. MACROPROCESSO CONTROLES

Descrição do macroprocesso	Compreende as atividades relacionadas ao controle interno, com vistas à atuação preventiva e corretiva das ações institucionais, assim como a interlocução com os órgãos de controle.
Objetivos do macroprocesso	Sistematizar as ações de controle institucional, visando à prevenção e correção de possíveis ilegalidades e irregularidades, assegurando uma gestão mais eficiente. Os processos que compõem esse macroprocesso são: • Atender demandas da CGU e do TCU; • Gerir atividades correicionais; • Realizar controle interno.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Sistemas de informação; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Saídas (produtos ou serviços)	Demandas da CGU e do TCU atendidas no prazo;

	Normativas elaboradas e divulgadas; Controle interno realizado periodicamente.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Estagiários; Voluntários; Servidores; Funcionários terceirizados; Pacientes; Instituições parceiras (públicas e privadas); Ministério da Educação; Ministério da Economia; Órgãos de Controle; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	Conselho Diretor; Direção Geral; Comitê Interno de Governança (CIG); Assessoria.
Legislação relacionada	LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18

	de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12813.htm LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm DECRETO Nº 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm DECRETO Nº 5.483, DE 30 DE JUNHO DE 2005. Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, o art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, institui a sindicância patrimonial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5483.htm DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005. Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5480.htm

6.14. MACROPROCESSO GESTÃO DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Descrição do macroprocesso	Conjunto de atividades que assegura as funções relacionadas a: administração de suprimentos, serviços e materiais; administração de instalações, bens móveis e imóveis; gerenciamento de aquisições e contratações; gerenciamento de obras e reformas prediais; e gerenciamento de contratos de bens e serviços.
Objetivos do macroprocesso	• Gerenciar contratações e aquisições de bens e serviços; • Planejar e monitorar a gestão de logística;

	• Planejar e monitorar a gestão de patrimônio; • Administrar o armazenamento e o desfazimento de material; • Administrar serviços gerais; • Gerenciar a regularização dos imóveis; • Administrar obras e manutenção predial; • Administrar econômica e financeiramente os imóveis (Avenida Pasteur, 350/368); • Fomentar práticas sustentáveis.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Tombamento por volumetria do IBC pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); Regimento Interno; Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Planos Operacionais/Setoriais; Editais; Sistemas informatizados.
Saídas (produtos ou serviços)	Contratações relativas ao funcionamento do IBC, especialmente serviços de vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial. Restruturação do IBC considerando a necessidade de adequação dos espaços e a segurança dos alunos, servidores, funcionários e usuários atendidos pela instituição.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Estagiários; Voluntários; Servidores; Funcionários terceirizados;

	Pacientes; Instituições parceiras (público e privadas); Fornecedores; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	DPA
Legislação relacionada	CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTIGOS 37, 70 E 75). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm LEI 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992: Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm LEI 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm PORTARIA 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018: Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria 325/1998. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Regimentos_internos/PORTARIA-N-310-DE-3-DE-ABRIL-DE-2018---Dirio-Oficial-da-Unio---Imprensa-Nacional.pdf

6.15. MACROPROCESSO GESTÃO DE PESSOAS

Descrição do macroprocesso	Conjunto de processos voltados ao gerenciamento do capital humano, do desenvolvimento de pessoas, da saúde e segurança ocupacional.
Objetivos do macroprocesso	Atualizar os registros funcionais dos servidores e de outras situações funcionais; Supervisionar, coordenar e controlar os lançamentos financeiros relacionados à folha de pagamento do IBC; Controlar, supervisionar e coordenar os benefícios funcionais; Elaborar, executar, monitorar e avaliar o desenvolvimento de carreira e qualificação de servidores; Efetivar contratações relacionadas a folha de pagamento; Realizar a manutenção e melhoria de qualidade de vida dos servidores e de situação funcional equivalente; Deliberar sobre a organização geral dos programas de estágio; Atender demandas trabalhistas.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Sistemas (Siape, Siapenet, e-siape, Extrator Siape, DW Siape, Sigepe Gestor, Sigac, Siafi, Siorg, Eorg, Senha Serpro, Sefip, Conectividade Social, E-pessoal, AFD, Siass, SCDP, e-PROC, Apolo, Consultas Processuais do TJ); Processos Administrativos; Processos Judiciais; Despachos; Ofícios; Requerimentos; Solicitações.

Saídas (produtos ou serviços)	Processos Administrativos; Despachos; Ofícios; Manuais;
Usuários/Beneficiários	Servidores; Aposentados; Pensionistas; Professores Substitutos; Médicos Residentes; Estagiários; Ocupantes de Cargo Comissionado; Advocacia Geral da União; Ministério da Educação; Controladoria Geral da União; Tribunal de Contas da União; Ministério da Economia; Defensoria Pública da União; Justiças Federal e Estadual; Sociedade;
Executores / unidades responsáveis	DPA
Legislação relacionada	CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTIGOS 7º, 37 E 40). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

	LEI 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm LEI 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8745cons.htm LEI 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. Altera dispositivos das Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9527.htm LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm DECRETO 6.833, DE 29 DE ABRIL DE 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6833.htm DECRETO 7.133, DE 19 DE MARÇO DE 2010. Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho de que tratam as Leis nos 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.682, de 28 de maio de 2003, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.883, de 16 de junho de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.233, de 22 de dezembro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7133.htm DECRETO 7.562, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições que ofertam residência médica e de programas de residência médica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7562.htm

6.16. MACROPROCESSO GESTÃO DE TIC

Descrição do macroprocesso	Contempla as diretrizes gerais e as estratégias de suporte à Governança Digital, compreendendo: arquitetura e segurança de rede, hardware, software, políticas de uso, de recursos humanos, de treinamento e investimento em TIC da Instituição, infraestrutura de redes, desenvolvimento de sistemas e apoio tecnológico informatizado da pessoa com deficiência visual, da pessoa com deficiência visual associada a outras deficiências e da pessoa com surdocegueira. Estas diretrizes são alvos perenes, que devem ser almejados, podendo envolver ações continuadas ou de curto e médio prazo para serem alcançadas em sua plenitude.
Objetivos do macroprocesso	• Coordenar e integrar as ações institucionais na área de tecnologia da informação e comunicação, avaliando e propondo soluções adequadas com foco nos objetivos estratégicos do IBC e na satisfação dos usuários.
Entradas (insumos)	Equipe técnica; Hardwares e Softwares; Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).
Saídas (produtos ou serviços)	Governança de TIC; Contratação de bens e serviços de TIC; Desenvolvimento de sistemas de informação e automatização de processos; Gestão de infraestruturas e redes de TIC; Suporte e atendimento ao usuário.
Usuários / Beneficiários	Alunos; Cursistas; Estagiários; Servidores; Funcionários terceirizados;

	Voluntários; Pacientes; Sociedade.
Executores / unidades responsáveis	Coordenação Geral de Informática/Gabinete
Legislação relacionada	LEI N°8666, DE 21 DE JUNHO DE 1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm DECRETO N° 10.332, DE 28 DE ABRIL DE 2020: Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020-2022, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10332.htm DECRETO N° 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7174.htm ISO/IEC 20000: Gerenciamento de Serviço de TIC. Disponível em: https://www.bsigroup.com/pt-BR/ISO-IEC-20000-Gestao-de-Servicos-de-TI/ ISO/IEC 9001: Gestão da Qualidade. Disponível em: http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/145-abnt-nbr-iso-9001 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI/IBC 2020-23)

6.17. MACROPROCESSO GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CUSTOS

Descrição do macroprocesso	Conjunto de atividades que assegura as funções relacionadas a: elaboração do planejamento orçamentário anual e plurianual; realização da administração orçamentária e financeira; e realização da gestão contábil.
Objetivos do macroprocesso	• Planejar a gestão financeira e contábil; • Administrar recursos financeiros; • Monitorar execução financeira; • Administrar a execução contábil;

	• Acompanhar atos e fatos contábeis; • Monitorar a gestão financeira e contábil.
Entradas (insumos)	Equipe Técnica; Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Sistemas Informatizados.
Saídas (produtos ou serviços)	Sustentabilidade Financeira; Execução Orçamentária; Execução Financeira; Demonstrações Contábeis.
Usuários / Beneficiários	Servidores; Estagiários; Funcionários Terceirizados; Fornecedores; Instituições Parceiras; Governo Federal.
Executores / unidades responsáveis	DPA
Legislação relacionada	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) / LEI 13.978/2020: Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13978.htm LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

	LEI 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10180.htm DECRETO-LEI 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm DECRETO 6.976, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6976.htm PORTARIA 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018: Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria 325/1998. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Regimentos_internos/PORTARIA-N-310-DE-3-DE-ABRIL-DE-2018---Dirio-Oficial-da-Unio---Imprensa-Nacional.pdf

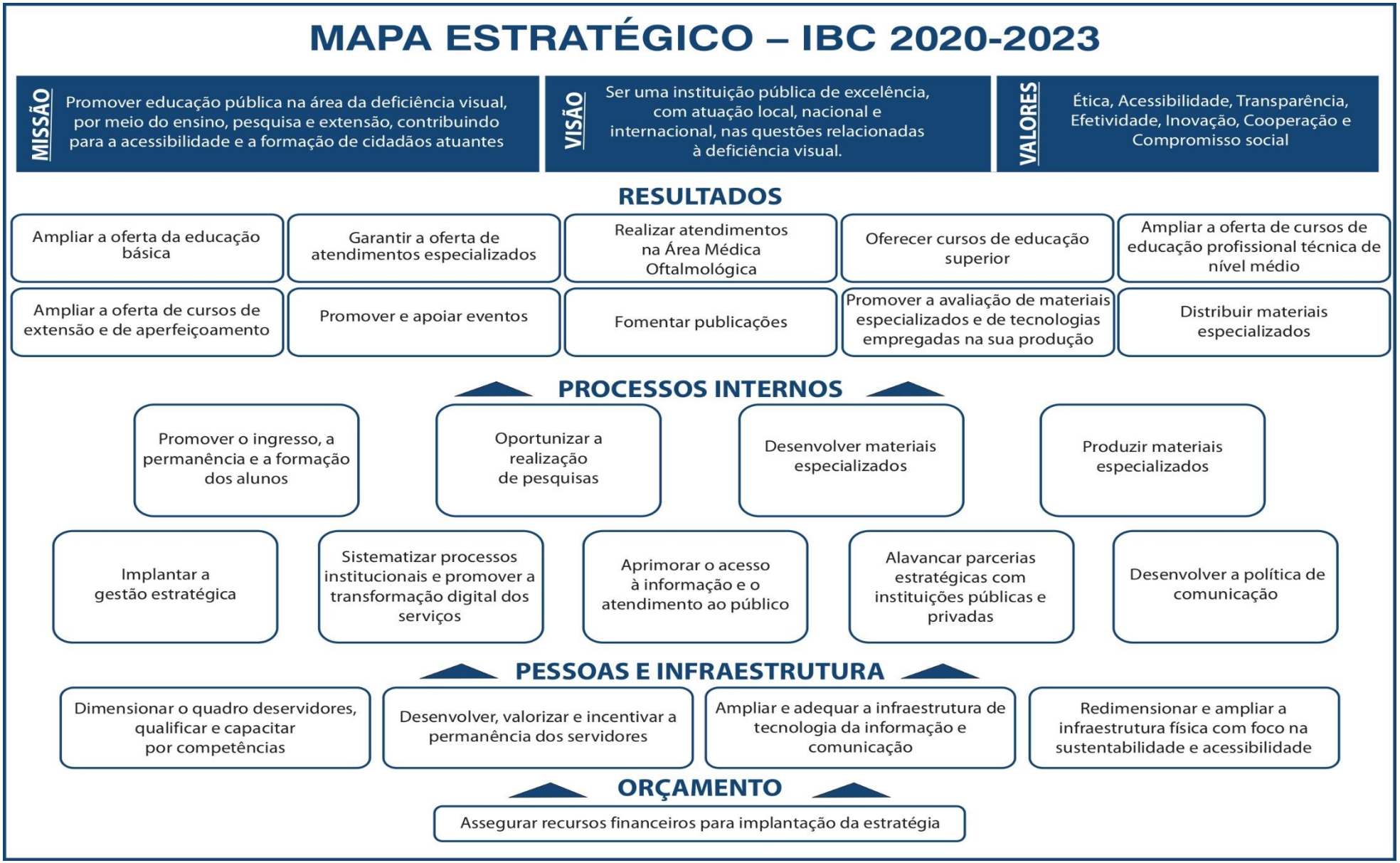
7. MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico do PEI/ IBC é uma ferramenta de gestão visual, com a apresentação dos objetivos estratégicos propostos para a instituição, a partir da missão, visão e valores, no período de 4 anos.

Os objetivos estão subdivididos em quatro perspectivas: orçamento, pessoas e infraestrutura, processos internos e resultados. Os objetivos estratégicos apresentados na perspectiva resultados encontram-se alinhados às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e aos programas do Plano Plurianual 2020-2023.

Já na perspectiva processos internos, foram alinhados ao Plano Nacional de Educação os objetivos que se aproximam da perspectiva resultados – ações finalísticas do órgão.

7.1. REPRESENTAÇÃO VISUAL



7.2. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO
Perspectiva: Resultados	
Descrição da perspectiva: o alcance desses objetivos acontece a partir da superação dos desafios traduzidos nas perspectivas anteriores, portanto são considerados consequência ou efeitos que são atingidos a partir do sucesso das ações e projetos relacionados aos objetivos de processos internos, pessoas e infraestrutura e orçamento.	
Ampliar a oferta da educação básica **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 3, 4, 6, 7, 8	Aumentar o quantitativo de matrículas novas.
Garantir a oferta de atendimentos especializados **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 3, 4, 6, 7, 8	Oferecer atendimentos especializados a todos os alunos com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira, de acordo com as especificidades individuais, além de realizar treinamento em diversas modalidades do paradesporto para pessoa com deficiência visual, incluindo formação esportiva e esporte de alto rendimento.
Realizar atendimentos na Área Médica Oftalmológica **Programa PPA:** 5011, 5013 **Metas PNE:** Não se aplica	Oferecer atendimento médico, ambulatorial e cirúrgico, na área de oftalmologia para a comunidade interna e externa, a fim de garantir a formação profissional dos alunos do Curso de Residência Médica.
Ampliar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 8, 10, 11	Aumentar a variedade de cursos de educação profissional técnica de nível médio, buscando oferecer diversidade de formação para o mercado de trabalho.

Oferecer cursos de educação superior **Programa PPA:** 5011, 5013 **Metas PNE:** 12, 13, 14, 16	Promover a formação inicial e continuada na área da deficiência visual, por meio da oferta de cursos de graduação, de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além de curso de residência médica em oftalmologia, estimulando a qualificação acadêmica, a produção científica e, consequentemente, a ampliação de conhecimentos para melhor atuação dos profissionais na área, com vistas à inclusão das pessoas com deficiência visual.
Ampliar a oferta de cursos de extensão e de aperfeiçoamento **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 16	Promover a formação continuada de profissionais nas áreas da deficiência visual, da deficiência visual associada a outras deficiências e da surdocegueira, em especial, profissionais da área da educação, por meio da oferta de cursos de extensão e de aperfeiçoamento, nas modalidades presencial e a distância, proporcionando melhores condições para a inclusão das pessoas com deficiência visual.
Promover e apoiar eventos **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 16	Realizar congressos, colóquios, seminários, palestras e outros eventos presenciais ou online nas áreas da deficiência visual, da deficiência visual associada a outras deficiências e da surdocegueira, assim como apoiar a participação dos profissionais da instituição em eventos diversos na área, contribuindo com a disseminação desse conhecimento à sociedade.
Fomentar publicações **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 16	Realizar ações com vistas à produção acadêmica e técnico-científica nas áreas da deficiência visual, da deficiência visual associada a outras deficiências e da surdocegueira, promovendo a disseminação de conhecimentos na área.
Distribuir materiais especializados para pessoas com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 4	Distribuir materiais especializados para pessoas com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira (Livros e revistas em braille, ampliados, Livros falados, Materiais grafotáteis e tridimensionais, Audiodescrições, Livros táteis e outros), promovendo sua inclusão na sociedade, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem e difusão do Sistema Braille.
Promover a avaliação de materiais especializados e de tecnologias empregadas na sua produção **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 4	Avaliar novos materiais especializados e técnicas empregadas na sua produção, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias assistivas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO
Perspectiva: Processos Internos	
Descrição da perspectiva: os objetivos estão organizados no mapa do IBC em duas linhas - na superior, os que trazem contribuição aos objetivos finalísticos (perspectiva resultados); na inferior, os objetivos relacionados à área meio (perspectivas pessoas e infraestrutura; orçamento).	
Promover o ingresso, a permanência e a formação dos alunos **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 4, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 16	Realizar ações que estimulem o ingresso e a permanência dos alunos da instituição, reduzindo o abandono e a evasão, e possibilitando a plena formação do educando.
Oportunizar a realização de pesquisas **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 12, 13, 14, 16	Viabilizar o desenvolvimento de pesquisas na instituição nas áreas da deficiência visual, da deficiência visual associada a outras deficiências e da surdocegueira.
Desenvolver materiais especializados para pessoas com deficiência visual **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 4	Elaborar novos materiais especializados e aprimorar os já existentes.
Produzir materiais especializados para pessoas com deficiência visual **Programa PPA:** 5011 **Metas PNE:** 4	Confeccionar, imprimir, encadernar e expedir materiais especializados. Incrementar a produtividade qualitativa e quantitativamente, com a aquisição de novas tecnologias, além de atualizar as já existentes.
Implantar a gestão estratégica **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Gerir o desempenho da instituição, por meio do alinhamento entre planejamento, execução, monitoramento e avaliação, visando à efetividade dos resultados institucionais.

Sistematizar processos institucionais e promover a transformação digital dos serviços **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Promover a simplificação, a integração e a padronização dos processos institucionais, com vistas a maior eficiência de sua execução, assim como utilizar a Tecnologia da Informação e Comunicação, de forma sistêmica, para racionalizar, aperfeiçoar e dar celeridade e transparência aos processos de trabalho.
Aprimorar o acesso à informação e o atendimento ao público **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Tornar disponíveis, nos canais apropriados, dados e informações acerca da gestão pública e dos resultados da instituição, promovendo ações voltadas ao direito à informação, à transparência e ao controle social, assim como à comunicação efetiva com a sociedade.
Alavancar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Ampliar e intensificar parcerias e trabalho em rede de cooperação com outras instituições. Estabelecer, consolidar e aprimorar parcerias estratégicas, por meio de convênios, acordos e outros mecanismos, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
Desenvolver a política de comunicação **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Promover comunicação clara, direta, objetiva, tempestiva, ágil, oportuna, consistente e acessível, que transmita as informações necessárias que sejam de interesse dos públicos interno e externo, fluindo de maneira harmônica no sentido vertical e horizontal da estrutura organizacional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO
Perspectiva: Pessoas e Infraestrutura	
Descrição da perspectiva: contribuição direta das áreas de gestão de pessoas, de tecnologia da informação e comunicação e de infraestrutura.	
Dimensionar o quadro de servidores, qualificar e capacitar por competências **Programa PPA:** 2109	Estruturar o quadro de pessoal para o bom desempenho de seu papel institucional, tendo presença efetiva e distribuída adequadamente em todas as áreas, segundo as características e necessidades de cada local. Gerir competências, possibilitando o contínuo e gradativo desenvolvimento técnico, gerencial e pessoal de todo o corpo

Metas PNE: 13, 16	funcional, capacitando-o para a utilização de novas tecnologias, ferramentas, métodos e técnicas de trabalho, fomentando o comprometimento, a cooperação e a proatividade.
Desenvolver, valorizar e incentivar a permanência dos servidores **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Implementar gestão de pessoas com mecanismos claros e objetivos de reconhecimento, de incentivos e de valorização, conciliando as necessidades da instituição e as expectativas de todos os servidores, para promover um clima harmonioso, integrado e construtivo. Investir no potencial humano, reconhecendo-o como o recurso estratégico mais importante para o desenvolvimento e sucesso institucional. Criar ações que oportunizem o envolvimento e o comprometimento de todos, de modo coerente e convergente com os objetivos estratégicos da instituição.
Redimensionar e ampliar a infraestrutura física com foco na sustentabilidade e acessibilidade **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Otimizar os espaços existentes e ampliar a área construída observando-se a sustentabilidade, acessibilidade, mobiliário, iluminação, instalações hidráulicas, elétricas e lógicas.
Ampliar e adequar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Disponibilizar a infraestrutura de equipamentos de informática, redes de computadores, sistemas de informação, bem como ferramentas de comunicação apropriadas às tarefas a serem desempenhadas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO
Perspectiva: Orçamento	
Descrição da perspectiva: contribuir para a gestão orçamentária e financeira da instituição.	
Assegurar recursos financeiros para implantação da estratégia **Programa PPA:** não se aplica **Metas PNE:** não se aplica	Assegurar o orçamento adequado para que o IBC possa executar os projetos e ações estratégicas da instituição, observando o interesse público. Elevar a eficiência da gestão e alocação dos recursos, buscando o alinhamento entre estratégia, orçamento e execução, com foco nas prioridades da instituição.

8. PAINEL DE INDICADORES E METAS

Os indicadores são ferramentas que permitem medir o desempenho da instituição, com base em seus objetivos estratégicos, de acordo com as metas propostas no período determinado.

O PEI/IBC conta com 60 indicadores.

Objetivo estratégico	Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Periodicidade	Unid. Adm. Resp.	Linha de base			Metas			
						2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PERSPECTIVA: RESULTADOS												
Ampliar a oferta da educação básica	Número de alunos matriculados	Número de alunos	Número	Anual	DED/ Secretaria Geral	214	212	253	213	225	240	255
	Índice de alunos formados	(Número de formados do ensino fundamental / Número de alunos do último ano do ensino fundamental) X 100	Percentual	Anual	DED/ Secretaria Geral	ND	88%	100%	100%	100%	100%	100%
Garantir a oferta de atendimentos especializados	Número de alunos matriculados no SAEE	Número de alunos	Número	Anual	DMR/ DED	338	343	355	313	330	350	370
	Ingresso no Programa de Reabilitação	Número de matrículas novas	Número	Anual	DMR/ DRT	49	127	91	20	20	20	20

	Atendimentos na Área Multi-profissional em Saúde	Número de Atendimentos	Número	Anual	DMR/ DED	4.124	4.537	7.458	5.400	5.600	5.800	6.000
	Participação em Competições Esportivas	Número de competições com participa-ção de atletas	Número	Anual	DMR	ND	15	9	10	10	10	10
	Premiações Recebidas em Competições Esportivas	Número de pre-miações recebi-das	Número	Anual	DMR	ND	85	33	35	35	35	35
Realizar atendimentos na Área Médica Oftalmológica	Ambulatório Oftalmológico (geral e subes-pecialidades)	Número de Atendimentos Oftalmológicos Ambulatoriais (50 por resi-dente)	Número	Anual	DMR/ DPMO	11.001	9.482	16.513	9.600 (16R)	10.800 (18R)	10.800 (18R)	9.600 (16R)
	Centro Cirúrgico Oftalmológico	Número de Cirurgias Oftalmológicas (50/R2, R3 e R4)	Número	Anual	DMR/ DPMO	13.036	954	1.001	600 (12R)	700 (14R)	700 (14R)	600 (12R)
Ampliar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio	Número de cur-sos de educa-ção profissional técnica de nível médio	Número de cur-sos	Número	Anual	DED	ND	ND	4	4	5	5	6

	Índice de alunos formados	(Número de formados do ensino profissional / Número de alunos do último ano do ensino profissional) X 100	Percentual (%)	Anual	DED/ Secretaria Geral	ND	88%	100%	100%	100%	100%	100%
Oferecer cursos de educação superior	Vagas ofertadas em curso tecnólogo e de graduação	Número de vagas ofertadas	Número	Semestral	DMR/ DRT	ND	ND	ND	ND	25	100	100
	Ingresso no Curso Tecnólogo em Massoterapia	Número de matrículas novas	Número	Semestral	DMR/ DRT	ND	ND	ND	ND	25	50	50
	Ingresso no Curso de Graduação em Ciências da Acupuntura	Número de matrículas novas	Número	Semestral	DMR/ DRT	ND	ND	ND	ND	ND	50	50
	Número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação, incluindo a residência médica	Número de alunos matriculados	Número	Anual	DPPE (Coord. Pós) / DMR	15	13	16	16	39	95	149
	Número de alunos formados nos cursos de	Número de alunos formados no ano	Número	Anual	DPPE (Coord. Pós) / DMR	9	9	8	6	8	10	51

	pós-graduação, incluindo a residência médica											
	Grau de satisfação dos alunos dos cursos de pós-graduação	(Número de formulários de pesquisa de satisfação que indicarem pontuação >= 7 / número de formulários de pesquisa de satisfação recebidos) x 100	Percentual	Anual	DPPE (Coord. Pós) / DMR	ND	ND	ND	-	80%	80%	80%
Ampliar a oferta de cursos de extensão e de aperfeiçoamento	Número de participantes certificados nos cursos de extensão e de aperfeiçoamento	Número de participantes certificados no ano	Número	Trimestral	DPPE (DEA/ CEaD)	1.316	1.169	1.189	893	1.200	1.200	1.200
	Grau de satisfação dos participantes dos cursos de extensão e aperfeiçoamento	(Número de formulários de pesquisa de satisfação que indicarem pontuação >= 7 / número de formulários de pesquisa de satisfação recebidos) x 100	Percentual	Trimestral	DPPE (DEA/ CEaD)	85,97%	91,83%	97,04%	85%	85%	85%	85%
	Número de	Número de participantes	Número	Trimestral	DPPE (DEA/	2408	656	1385	2400	2960	3600	4200

	participantes em eventos				DPP/ CEaD)							
Promover e apoiar eventos	Grau de satisfação dos participantes dos eventos	(Número de formulários de pesquisa de satisfação que indicarem pontuação >= 7 / número de formulários de pesquisa de satisfação recebidos) x 100	Percentual	Trimestral	DPPE (DPP)	96%	100%	100%	80%	80%	85%	90%
Fomentar publicações	Número de publicações na área da deficiência visual	Número de publicações	Número	Semestral	DPPE (DPP/ Coord. Pós)	2	1	7	7	8	9	10
Distribuir materiais especializados para pessoas com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira	Número de materiais especializados distribuídos	Número de materiais especializados	Número	Anual	DTE (DIB/ DPME)	67.148	61.501	85.165	66.738	69.793	71.851	74.406
	Percentual de pedidos atendidos	(Pedidos atendidos / Número de pedidos recebidos) X 100	Percentual	Anual	DTE (DIB/ DPME)	97,45%	91,79%	98,19%	95%	95%	95%	95%
Promover a avaliação de materiais especializados e	Número de materiais especializados ou tecnologias avaliadas	Número de materiais especializados ou tecnologias	Número	Anual	DTE (DIB/ DPME)	ND	ND	ND	180	180	180	180

de tecnologias empregadas na sua produção												
PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS												
Promover o ingresso, a permanência e a formação dos alunos	Grau de satisfação de atendimento aos alunos e responsáveis	(Número de formulários de pesquisa que apresentaram pontuação >= 7 / número de formulários de pesquisa recebidos) x 100	Percentual	Anual	DED	ND	ND	ND	70%	70%	70%	70%
	Índice de abandono escolar	(Número de matrículas de alunos da educação básica que deixaram de frequentar a escola (abandono escolar) / Número de matrículas de alunos da educação básica) x100	Percentual	Anual	DED/ Secretaria Geral	6,90%	1,50%	4,63%	0%	0%	0%	0%

	Índice de alunos matriculados alfabetizados no 3º ano	(Número de alunos matriculados alfabetizados no 3º ano (último ano do ciclo de alfabetização) / Número de alunos matriculados no 3º ano) X 100	Percentual	Anual	DED	ND	ND	ND	100%	100%	100%	100%
	Índice de alunos reprovados por falta	(Número de alunos matriculados reprovados por falta / Número de alunos matriculados) X 100	Percentual	Anual	DED	ND	ND	ND	15%	10%	5%	0%
	Índice de alunos reprovados por rendimento	(Número de alunos matriculados reprovados por rendimento / Número de alunos matriculados a partir do 3º ano) X 100	Percentual	Anual	DED	ND	ND	ND	5%	5%	5%	5%
	Taxa de abandono dos cursos de pós-graduação	(Número de matrículas de alunos que deixaram de frequentar os cursos de pós-graduação/número de matrículas nos	Percentual	Anual	DPPE (Coord. Pós)	-	-	-	-	-	5%	22%

		cursos de pós-graduação) x 100										
	Taxa de abandono dos cursos de extensão e de aperfeiçoamento	(Número de participantes que deixaram de frequentar os cursos de extensão e de aperfeiçoamento/número de inscrições nos cursos de extensão e aperfeiçoamento) x 100	Percentual	Trimestral	DPPE (DEA/ CEaD)	32,36 %	26,65 %	37,07 %	25%	23%	21%	20%
Oportunizar a realização de pesquisas	Número de pesquisas na área da deficiência visual concluídas	Número de pesquisas cadastradas	Número	Anual	DPPE (DPP)	31	19	30	10	15	20	30
Desenvolver materiais especializados para pessoas com deficiência visual	Número de materiais especializados desenvolvidos	Número de materiais especializados	Número	Anual	DTE (DIB e DPME)	301	224	280	308	320	335	347
	Grau de satisfação dos materiais especializados desenvolvidos	(Avaliações com pontuação >= 7 / Número de avaliações recebidas) X 100	Percentual	Anual	DTE (DIB/ DPME)	92,39 %	100%	100%	95%	95%	95%	95%
Produzir materiais	Número de páginas/unidades	Número de páginas/unidades	Número	Anual	DTE	4.439.269	3.106.966	3.483.901	3.562.038	3.667.123	3.772.321	3.877.506

especializados para pessoas com deficiência visual	de materiais especializados produzidas	de materiais especializados			(DIB/ DPME)							
Implantar a gestão estratégica	Número de projetos estratégicos propostos	Número de projetos estratégicos propostos para o período	Número	Anual	GAB	ND	ND	ND	11	16	2	0
	Taxa de projetos estratégicos iniciados	(Número de projetos iniciados/ Total de projetos propostos para o período) X 100	Percentual	Trimestral	GAB	ND	ND	ND	100%	100%	100%	-
	Número de reuniões do CIG realizadas	Número de reuniões realizadas	Número	Trimestral	GAB	ND	ND	ND	-	04	04	04
	Taxa de indicadores mensurados	(Número de indicadores mensurados / Número de indicadores propostos) x 100	Percentual	Trimestral	GAB	ND	ND	ND	-	60%	80%	100%
	Número de divulgação de resultados institucionais	Número de divulgação de resultados institucionais	Número	Trimestral	GAB	ND	ND	ND	1	4	4	4
Sistematizar processos institucionais e	Taxa de processos redesenhados	(Número de processos redesenhados / Total de processos	Percentual	Trimestral	GAB	ND	ND	ND	-	A definir		

promover a transformação digital dos serviços		mapeados) x 100										
	Taxa de serviços digitalizados	(Número de serviços digitalizados / Total de serviços planejados) x 100	Percentual	Trimestral	GAB	ND	ND	ND	-	A definir		
	Número de funcionalidades do SUAP implantadas	Número de funcionalidades do SUAP implantadas	Número	Anual	GAB	ND	ND	ND	3	7	2	2
Aprimorar o acesso à informação e o atendimento ao público	Número de base de dados disponibilizada de forma aberta pelo IBC	Número de base de dados disponibilizada de forma aberta	Número	Anual	GAB	ND	ND	11	6	10	1	A definir
	Taxa de demandas do e-sic, do fale conosco e da CCMI respondidas	(Número de demandas respondidas / número total de demandas) X 100	Percentual	Anual	GAB	ND	ND	ND	100%	100%	100%	100%

	Grau de satisfação de atendimento ao público	(Número de formulários de pesquisa que apresentaram pontuação >= 7 / número de formulários de pesquisa recebidos) x 100	Percentual	Anual	GAB	ND	ND	ND	70%	70%	70%	70%
Alavancar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas	Número de instituições parceiras	Número de instituições públicas e privadas parceiras do IBC	Número	Anual	GAB	ND	ND	31	31	34	37	40
	Índice de Efetividade das Parcerias Estabelecidas	(Somatório das Parcerias estabelecidas pelo IBC com produtos ou serviços concretizados / Somatório das Parcerias estabelecidas pelo IBC) x 100	Percentual	Anual	GAB	ND	ND	ND	70%	74%	77%	80%
Desenvolver a política de comunicação	Grau de satisfação quanto à comunicação interna	(Número de formulários de pesquisa que apresentaram pontuação >= 7 / número de formu-	Percentual	Anual	GAB	ND	ND	ND	50%	60%	70%	80%

		lários de pesquisa recebidos) x 100										
	Grau de satisfação quanto à comunicação externa	(Número de formulários de pesquisa que apresentaram pontuação >= 7 / número de formulários de pesquisa recebidos) x 100	Percentual	Anual	GAB	ND	ND	ND	-	60%	70%	80%
PERSPECTIVA: PESSOAS E INFRAESTRUTURA												
Dimensionar o quadro de servidores, qualificar e capacitar por competências	Índice de Realização do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)	(Volume de capacitações realizadas / volume de capacitações propostas) x 100	Percentual	Anual	DPA	-	-	-	Desenvolver estudo para definição da meta. Entrar na pauta da 1ª RAE.			
	Índice de qualificação, capacitação, e/ou atualização na área da deficiência visual	(5 x quantidade de docentes com carga horária de 641 até 800 horas) + (4 x quantidade de docentes com carga horária de 481 até 640 horas)	Número	Anual	DPA	-	-	-	Desenvolver estudo para definição da meta. Entrar na pauta da 1ª RAE.			

		+ (3 x quantidade de docentes com carga horária de 321 até 480 horas) + (2 x quantidade de docentes com carga horária de 161 até 320 horas) + (1 x quantidade de docentes com carga horária de 0 até 160 horas) / (Quantidade total de docentes)										
	IQCD (Índice de Qualificação do Corpo Docente)	(5 x quantidade de docentes com doutorado) + (3 x quantidade de docentes com mestrado) + (2 x quantidade de docentes com	Número	Anual	DPA	2,63	2,72	2,96	3,00	3,05	3,10	3,15

		especialização) + (1 x quantidade de docentes com graduação) / (Quantidade total de docentes)										
	IQCTA (Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo)	(5 x quantidade de técnicos com doutorado) + (3 x quantidade de técnicos com mestrado) + (2 x quantidade de técnicos com especialização) + (1 x quantidade de técnicos com graduação) + (0,75 x quantidade de técnicos com ensino médio) + (0,5 x quantidade de técnicos com ensino funda-	Número	Anual	DPA	1,15	1,34	1,48	1,50	1,65	1,80	2,00

		mental) / (Quantidade total de técnicos)										
	Índice de adequação de competências	(Número de servidores nas competências adequadas / Total de servidores) x 100	Percentual	Anual	DPA	-	-	-	A definir			
Desenvolver, valorizar e incentivar a permanência dos servidores	Índice de clima organizacional	Resultado da pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, motivação, relacionamento interpessoal, infraestrutura, valorização, percepção sobre gestão participativa)	Número	Anual	DPA	-	-	-	A definir			
Redimensionar e ampliar a infraestrutura física com foco na sustentabilidade e acessibilidade	Taxa da infraestrutura física implementada	(Total de demandas executadas no período / Total de demandas aprovadas no período) x 100	Percentual	Anual	DPA	-	-	-	Desenvolver estudo para definição da meta. Entrar na pauta da 1ª RAE.			

Ampliar e adequar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação	Atualização tecnológica do parque de TI	Estações de trabalho substituídas	Número	Anual	GAB	71	8	87	-	A Definir		
	Reformulação do CPD	Número de servidores instalados	Número	Anual	GAB	ND	2	1	-	A Definir		
	Adequação da rede cabeada	Número de switches gerenciáveis instalados ou substituídos	Número	Anual	GAB	ND	ND	10	-	A Definir		
	Ampliação da rede sem fio	Número de roteadores wi-fi instalados	Número	Anual	GAB	ND	3	4	-	A Definir		
	Suporte ao usuário da rede	Número de atendimentos / Total de demandas) x 100	Percentual	Anual	GAB	83,69%	93,57%	89,13%	-	100%	100%	100%
PERSPECTIVA: ORÇAMENTO												
Assegurar recursos financeiros para	Variação do volume orçamentário	[(Volume orçamentário do ano atual - Volume orçamentário do ano anterior) /	Percentual	Anual	DPA	17,23%	-4,01%	5,87%	-18,49%	Volume orçamentário definido pela SPO/MEC		

implantação da estratégia		Volume orçamentário do ano anterior] x 100										
	Taxa de execução orçamentária	(Volume de recursos orçamentários executados / Volume total de recursos orçamentários) x 100	Percentual	Anual	DPA	95,46%	98,18%	97,46%	100%	100%	100%	100%
	Índice de execução orçamentária com ações estratégicas	(Valor do orçamento executado com projetos estratégicos / Total de orçamento disponibilizado para instituição) x 100	Percentual	Anual	DPA	-	-	-	Desenvolver estudo para definição da meta. Entrar na pauta da 1ª RAE.			

9. PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

O portfólio de projetos estratégicos consiste em um conjunto de projetos, tendo como resultado a entrega de produtos ou serviços, em um período de tempo determinado, visando ao alcance dos objetivos estratégicos do PEI/IBC.

PROJETO	OBJETIVO DO PROJETO	PRINCIPAIS ENTREGAS	UNIDADE RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO
Formação continuada de profissionais na área da deficiência visual	Ampliar, em parceria com outras instituições, a oferta de capacitação/formação continuada a profissionais que atuam ou venham a atuar na área da deficiência visual, com abrangência nacional. O projeto busca a formação e a valorização dos profissionais da educação, atuando em regime de colaboração com os sistemas de ensino e contribuindo para a meta 16 do Plano Nacional de Educação.	- Calendário aprovado e divulgado; - Regulamento aprovado e divulgado; - Parcerias firmadas; - Cursos realizados; - Participantes certificados.	DPPE	Dezembro/2019	Dezembro/2023
Programa de Extensão do IBC	Elaborar e implantar, em articulação com os demais setores da instituição, o Programa de Extensão do IBC.	- Programa de extensão elaborado, aprovado e divulgado.	DPPE	Setembro/2020	Dezembro/2021
Consolidação da Editora Instituto Benjamin Constant (EdIBC)	Ampliar e sistematizar o processo de publicação da DPP de livros e de outros formatos, periódicos e não-periódicos, de caráter técnico-científico. O projeto visa aumentar o número de títulos publicados, promover uma regularidade nos lançamentos e oportunizar que os servidores do IBC possam se tornar autores publicados pela instituição. Espera-se que haja uma melhora na	- Avaliação da Política de publicação da DPP; - Aumento do volume de originais publicados; - Promoção da regularidade das publicações; - Melhoria da qualidade de originais publicados.	DPPE/DTE	Abril/2019	Dezembro/2023

	qualidade dos originais publicados, tanto na forma, como no conteúdo.				
Estágio discente	Elaborar, em articulação com os demais setores da instituição, o Programa de Estágio Discente. O programa abrange a normatização da atividade de estágio para os alunos da instituição, tendo como campo de atuação instituições/empresas conveniadas, como setores do próprio instituto.	- Programa de estágio elaborado, aprovado e divulgado.	DPPE	Dezembro/2020	Junho/2021
Desenvolvimento e distribuição de materiais especializados para o IBC e instituições públicas ou sem fins lucrativos	Desenvolver, produzir e distribuir materiais especializados para pessoas com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira.	- Distribuição de materiais especializados para o público do IBC, escolas da rede pública, em especial os centros de apoio educacional especializado (CAEE), bibliotecas públicas e instituições sem fins lucrativos que atendam pessoas com deficiência visual.	DTE	Janeiro/2020	Dezembro/2023
Avaliação de materiais especializados e tecnologias empregadas na sua produção.	Auxiliar no desenvolvimento de tecnologias assistivas e a difusão do Sistema Braille, contribuindo para a inclusão da pessoa com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira.	- Avaliação de livros do PNLD acessível (braile, tinta e livros digitais); - Avaliação de tecnologias empregadas na produção; - Avaliação de outros materiais especializados.	DTE	Janeiro/2020	Dezembro/2023

Esporte de Alto Rendimento	Promover o treinamento desportivo e dar suporte aos atletas paralímpicos.	- Treinamento de alto rendimento; - Atendimento fisioterapêutico; - Participação de competições oficiais, nacionais e internacionais.	DMR	Março/2021	Dezembro/2023
Oftalmologia	Atuar na promoção à saúde, prevenção e assistência à deficiência visual.	- Atendimentos a alunos e pacientes externos.	DMR	Março/2021	Dezembro/2023
Práticas de Alfabetização	Institucionalizar a discussão e formação de professores e pais acerca da alfabetização na deficiência visual. Fomentar a elaboração de material pedagógico de alfabetização, apoio pedagógico, aprimoramento das avaliações e valorização dos profissionais da alfabetização.	- Sensibilização de famílias; - Entrega de kits de incentivo à leitura e à escrita.	DED, DTE, DPPE	Março/2021	Dezembro/2023
Educação interdisciplinar e transversal	Fomentar ações e divulgação de projetos educacionais. Estimular a participação dos professores da Educação Básica como sujeitos ativos na implementação do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular.	- Promoção e participação de olimpíadas e outras atividades em diferentes áreas de conhecimento; - Sistematização e divulgação de experiências educacionais.	DED	Março/2021	Dezembro/2023
Avaliação da Aprendizagem	Aprimorar o sistema de avaliação da educação básica, com o objetivo de fomentar ações voltadas à qualidade de atendimento aos alunos com deficiência visual, com deficiência visual associada	- Aperfeiçoar a avaliação em cada nível de ensino, de acordo com as especificidades.	DED	Março/2021	Dezembro/2023

	a outras deficiências e com surdocegueira.				
Novo PPPI	Elaborar e executar o novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).	- Elaboração e execução do PPPI.	GAB	Março/2021	Dezembro/2021
Elaboração de Material Especializado	Elaborar materiais didáticos e literários alinhados a especificidade de nosso aluno de acordo com a necessidade escolar.	- Material didático especializado elaborado para o público interno.	DED/DTE	Março/2021	Dezembro/2023
Aceleração e EJA	Desenvolver e aprimorar os programas de aceleração para alunos com defasagem ano/nível escolar e as classes da Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional.	- Mitigação da defasagem idade/ano escolar.	DED	Março/2020	Dezembro/2023
Educação Conectada	Fornecer acesso à internet cabeada e wi-fi de alta velocidade para todas as salas de aula; fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica.	- Acesso à internet em todas as salas de aulas; - Orientação e formação envolvendo tecnologias educacionais e assistivas.	DED/CGI	Agosto/2019	Dezembro/2023

Implantação do SIADS	Promover a sistematização dos registros contábeis, de acordo com os procedimentos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); Realizar o reconhecimento periódico da depreciação e amortização; Ampliar a automação do registro contábil, possibilitando que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), de forma on-line; Sistematizar os procedimentos normatizados pelo Sistema de Serviços Gerais (Sisg); Subsidiar a geração de informações de custos; Proporcionar conteúdo informacional para apoiar as decisões de alocação mais eficiente de recursos e gerar as condições para a melhoria da qualidade do gasto público;	- Gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; - Reconhecimento, mensuração e evidenciação do acervo em consonância com as normas do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e do Sistema de Serviços Gerais (Sisg)	DPA	Outubro/2020	Dezembro/2020

Implantar metodologia de dimensionamento da força de trabalho	Aperfeiçoar as atividades desempenhadas nos diversos setores do IBC; Identificar o perfil das pessoas que compõem a instituição, considerando-se as atribuições dos diversos cargos existentes, bem como as características comportamentais necessárias, viabilizando a integração desses aspectos com as exigências institucionais; Formar uma base de sustentação técnica para as políticas e ações de gestão de pessoas, associadas às definições do Planejamento Estratégico Institucional (PEI/IBC 2020-2023), tais como: valorização, capacitação e qualificação da força de trabalho; incentivo à integração dos esforços de cada pessoa aos objetivos institucionais e o comprometimento da força de trabalho da instituição com o seu respectivo desempenho organizacional (Mapeamento por Competências);	- Alocação de pessoas com base em perfis estabelecidos a partir do mapeamento das competências (Programa de Gestão de Desempenho); - Promover a capacitação do quadro de pessoal a partir dos conceitos da gestão por competências; - Pesquisa de Clima Organizacional.	DPA	Março/2022	Dezembro/2023

Adotar solução de Protocolo Digital utilizando a solução Gov.br	Oferecer visão integrada do trâmite dos documentos e processos com maior transparência e facilidade de acesso; Reduzir o tempo de atendimento; Minimizar os deslocamentos para o acompanhamento de processos e documentos; Manter os usuários informados eletronicamente sobre a movimentação do seu processo ou documento.	- Consulta integrada de protocolos e recebimento de informes de tramitação eletronicamente; - Transparência ativa, garantindo aos usuários o que determina a Lei de Acesso à Informação (LAI); - Simplificação no atendimento, possibilitando a ampliação dos serviços digitais prestados; - Diminuição dos custos por meio da redução da demanda de atendimento presencial; - Padronização das informações sobre protocolo; - Consultas gerenciais sobre processos e documentos.	DPA	Janeiro/2021	Dezembro/2023

Implantar módulo de gestão documental aderente aos normativos do Arquivo Nacional	Estabelecer parceria com o Arquivo Nacional para implantar a Política de Gestão de Documentos e Arquivos; Instituir a Política de Gestão de Documentos e Arquivos; Padronizar e integrar as ações para a melhoria das práticas de gestão de documentos e arquivos.	- Disponibilização de instrumentos para que todas as unidades da instituição façam a correta classificação, descarte e digitalização de documentos; - Preservação do patrimônio arquivístico; - Redução significativa dos custos de armazenagem de arquivos; - Elaboração de Termo de Referência para contratação de serviços de apoio à gestão documental de acordo com as normas arquivísticas.	DPA	Janeiro/2021	Dezembro/2023
Saúde e Qualidade de Vida do Servidor	Desenvolver, no IBC, ações nas áreas da promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho, com vistas a um ambiente organizacional de bem estar individual e coletivo, voltadas para a valorização do servidor e a prevenção de riscos para saúde e segurança.	- Realização de diagnóstico sobre a percepção dos servidores sobre saúde e qualidade de vida no trabalho; - Sensibilização dos servidores sobre a importância de projetos nessa área para o bem estar, saúde e qualidade de vida no ambiente do trabalho;	DPA	Março/2022	Dezembro/2023

		- Implantação de ações nas áreas de Promoção da Saúde no Local de Trabalho (PSLT) e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT); - Promoção de palestras sobre temas relacionados ao programa; - Atendimentos individualizados; - Atendimentos em grupos; - Incentivo a pesquisas sobre saúde do servidor e qualidade de vida no trabalho.			
Política de Segurança da Informação	Estabelecer critérios e normas para utilização dos recursos de TI visando a integridade, confiabilidade e confidencialidade dos dados produzidos e/ou tratados pelo IBC.	- Política de Segurança da Informação elaborada, aprovada e publicada.	GAB/CGI	Março/2021	Agosto/2022
Política de governança	Elaborar e implantar política de governança no IBC, visando articular mecanismos de liderança, de estratégia e de controle que possibilitem a avaliação, o direcionamento e o monitoramento da atuação da gestão.	- Política de governança estabelecida.	GAB/CIG	Agosto/2021	Setembro/2022

Política de gestão de riscos	Elaborar e implantar a política de gestão de riscos, estabelecendo controles internos adequados à mitigação de seus efeitos.	- Política de gestão de riscos elaborada, aprovada e divulgada; - Equipes capacitadas; - Processos prioritários definidos; - Controles internos estabelecidos.	GAB/CIG	Março/2021	Dezembro/2021
Atualização da identidade visual do sítio eletrônico do IBC	Adequar a identidade visual do Site Institucional ao padrão dos sites da Administração Pública Federal.	- Site institucional atualizado.	GAB/CGI	Janeiro/2021	Dezembro/2021
Transformação digital	Disponibilizar serviços do IBC ao cidadão através do Portal Gov.br.	- Serviços transformados ou padronizados.	GAB	Janeiro/2021	Dezembro/2021
Implantação de módulos do SUAP	Realizar a implantação de diversos módulos do SUAP, que possibilitarão maior agilidade e transparência aos processos de trabalho da instituição.	- Módulos implantados; - Equipes capacitadas.	GAB	Março/2020	Dezembro/2023
Dimensionamento das unidades administrativas	Avaliar o dimensionamento das unidades administrativas, em relação às competências e macroprocessos.	- Relatório técnico.	GAB	Agosto/2021	Março/2022
Novo regimento interno	Elaborar novo regimento interno para a instituição, com propostas de novas atribuições tanto para as atividades meio quanto finalísticas.	- Regimento interno elaborado.	GAB	Setembro/2020	Dezembro/2021
Política de sustentabilidade	Elaborar uma política de sustentabilidade, que vise a obtenção da eficiência nas atividades do IBC,	- Política de sustentabilidade elaborada.	GAB	Março/2021	Dezembro/2023

	associadas à preservação do meio ambiente.				

10. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO

O Plano Estratégico Institucional será monitorado e avaliado periodicamente com a finalidade de:

- aferir a adequação e a confiabilidade dos indicadores e metas e propor modificações quando necessário;
- analisar criticamente os resultados apurados, explicitando o cumprimento dos projetos definidos como estratégicos.

O plano deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano, a partir de 2021, e, se for necessário, atualizado, conforme orientações do art. 5º da Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi em meio à pandemia de COVID-19 que a comissão designada para elaborar o primeiro Plano Estratégico Institucional do IBC (PEI/IBC) atuou. Após a primeira reunião presencial, a equipe foi, como toda a sociedade, surpreendida pela crise sanitária, que determinou o distanciamento social. A partir daí, os encontros se tornaram virtuais e foi instituída uma nova rotina de trabalho, que afetou o tempo de conclusão do documento, assim como o processo de interlocução com a comunidade escolar.

Após oito meses de estudos, aprendizagens e debates, o grupo finalizou a elaboração do documento, consciente de ter se empenhado para chegar ao melhor resultado, tendo como objetivo melhorar e ampliar os diversos serviços na área da deficiência visual prestados pelo IBC à sociedade e, consequentemente, fortalecer ainda mais a atuação da instituição.

Nos anos de vigência do PEI/IBC 2020-2023, a instituição ainda conviverá com a pandemia e seus impactos. Para enfrentar esse desafio, a comunidade não deve perder o foco da missão e da visão institucional, e observar que valores como inovação, cooperação e compromisso social, entre outros, poderão contribuir para superar as dificuldades.

12. REFERÊNCIAS

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998. Diário Oficial da União: Ministério da Educação. Edição: 64, Seção: 1, p. 42, 04 abr. 2018.
BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020. 55p.

BRASIL. Instrução Normativa nº 24 de 18 de outubro de 2020. Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 24 mar. 2020. Seção 1, p. 79.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejamento Estratégico Institucional - Brasília MEC, 2020 59 p. 1. Administração pública - Brasil 2. Ministério da Educação 3. MEC - Brasil ©

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). Plano de desenvolvimento institucional da Universidade Federal do Cariri (PEI UFCA, 2025), 2020. Disponível: https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/planejamento-e-orcamento/planejamento-estrategico-institucional-pei/ Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. (2019). Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020. (2020). Regulamenta a Lei nº13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020 a 2023, e altera o Decreto nº9.834, de 12 de junho de 2019, que institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Diário Oficial da União, Brasília

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

13. ANEXOS

Anexo I – Plano Plurianual do IBC 2020-2023

PPA 2020– 2023 "PLANEJAR, PRIORIZAR, ALCANÇAR"

PLANO PLURIANUAL DO ÓRGÃO 2020-2023

Programa Finalístico do MEC

- **Programa 5011 - Educação Básica de Qualidade**

  Diretriz: Dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho.

Objetivo: Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.
Ação: Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica- No Estado do Rio de Janeiro.
Produto: Aluno Matriculado

Abaixo os objetivos estratégicos do PEI/IBC alinhados a esse Programa:

- ✓ Ampliar a oferta da educação básica
- ✓ Garantir a oferta de atendimentos especializados
- ✓ Realizar atendimentos na Área Médica Oftalmológica
- ✓ Ampliar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio
- ✓ Oferecer cursos de educação superior
- ✓ Ampliar a oferta de cursos de extensão e de aperfeiçoamento
- ✓ Promover e apoiar eventos
- ✓ Fomentar publicações
- ✓ Distribuir materiais especializados para pessoas com deficiência visual, com deficiência visual associada a outras deficiências e com surdocegueira
- ✓ Promover a avaliação de materiais especializados e de tecnologias empregadas na sua produção
- ✓ Promover o ingresso, a permanência e a formação dos alunos
- ✓ Oportunizar a realização de pesquisas
- ✓ Desenvolver materiais especializados para pessoas com deficiência visual
- ✓ Produzir materiais especializados para pessoas com deficiência visual

- **Programa 5013- Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

Diretriz: Dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho.

Objetivo: Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

Ação: Apoio à Residência em Saúde - Nacional

Produto: Bolsa concedida

Abaixo os objetivos estratégicos do PEI/IBC alinhados a esse Programa:

- ✓ Realizar atendimentos na Área Médica Oftalmológica
- ✓ Oferecer cursos de educação superior

Programa de Gestão do MEC

- **Programa 2109- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**

  Objetivo: Pagamento de Pessoal

  Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação- No Rio de Janeiro

  Produto: servidor capacitado

Abaixo o objetivo estratégico do PEI/IBC alinhado a esse Programa:

- ✓ Dimensionar o quadro de servidores, qualificar e capacitar por competências

Anexo II – Plano Nacional de Educação (PNE)

EIXO	META
Ensino Médio	**Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
Educação Especial/Inclusiva	**Meta 4:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Educação Integral	**Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
Aprendizado Adequado na Idade Certa	**Meta 7:** fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

Escolaridade Média	**Meta 8:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
EJA Integrada à Educação Profissional	**Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
Educação Profissional	**Meta 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
Educação Superior	**Meta 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
Titulação de Professores da Educação Superior	**Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do Total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
Pós-graduação	**Meta 14:** elevar gradualmente o Número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
Formação Continuada e pós-graduação de professores	**Meta 16:** formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Anexo III - Consolidação dos dados da pesquisa realizada junto à comunidade IBC.

CONSULTA À COMUNIDADE DO IBC

(CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA)

Período da consulta: 17 a 24/04/2020

Total de respostas: 373

Itens em vermelho – Indicam as opções com maior número de respostas.

Observação: Na transcrição das respostas dos participantes, a redação original foi mantida, sem correções ortográficas.

1- Perfil

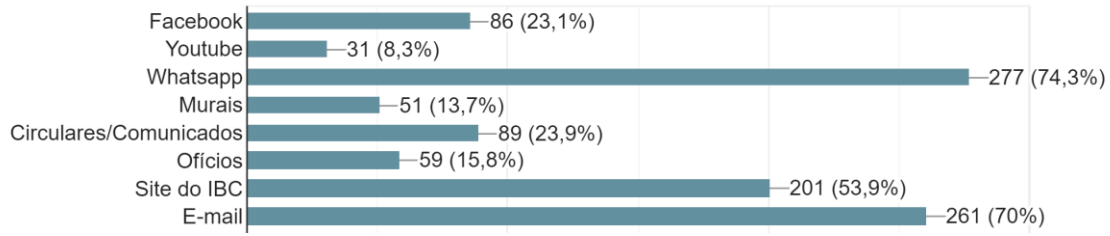
373 respostas

PERFIL	TOTAL DE PESSOAS EM CADA PERFIL	RESPOSTAS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RESPOSTAS
Funcionário(a) terceirizado(a)	**213**	**138**	**37%**
Servidor(a) docente	159	98	26,3%
Servidor(a) técnico-administrativo(a)	104	65	17,4%
Responsável por aluno(a) menor de 16 anos	159	33	8,8%

Aluno(a) da reabilitação	350	14	3,8%
Aluno(a) dos cursos técnicos	49	13	3,5%
Aluno(a) do ensino fundamental a partir de 16 anos completos	41	8	2,1%
Médico(a) residente	16	4	1,1%

2 - Meios de comunicação preferidos para informativos institucionais (marcar mais de uma opção, caso deseje)

373 respostas

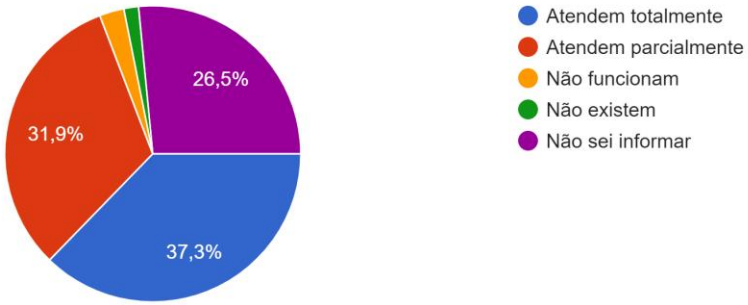


MEIO DE COMUNICAÇÃO	RESPOSTAS	PERCENTUAL
WhatsApp	**277**	**74,3%**

E-mail	261	70%
Site do IBC	201	53,9%
Circulares/Comunicados	89	23,9%
Facebook	86	23,1%
Ofícios	59	15,8%
Murais	51	13,7%
Youtube	31	8,3%
Outros	10	2,9%

3 - Existência de equipamentos de acessibilidade

373 respostas



EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Atendem totalmente	**139**	**37,3%**
Atendem parcialmente	119	31,9%
Não sei informar	99	26,5%
Não funcionam	10	2,7%
Não existem	6	1,6%

Observações:

1. Os comentários aos itens “atendem parcialmente”, “não funcionam” ou “não existem” estão aqui apresentados com redação original e foram agrupados em 4 categorias:
    a. Acessibilidade: arquitetônica
    b. Acessibilidade: computadores/equipamentos/softwares
    c. Acessibilidade: máquina braille, regletes, etc
    d. Outras
2. Quando o comentário menciona dois ou mais tipos de acessibilidade, foi listado na primeira categoria mencionada.

Acessibilidade: arquitetônica (prédio, rampa, pisos táteis, elevadores, etc) → 26 comentários

- A entrada pro laboratório de informática da DEA (sala 31 do prédio anexo), algumas pessoas tropeçam, faltaria alguma pequena rampa ou outro recurso de acessibilidade para isso ser evitado. Também verificar algum tipo de sinalização tátil pois nos fundos do IBC algumas pessoas com DV erram ao acessar do prédio principal o anexo e acabam batendo nos veículos estacionados nas vagas de estacionamento.
- Falta sinalização correta nas áreas em obras, por exemplo.
- Elevadores tem problemas frequentes, não existem rampas suficientes que acessibilizem a instituição como um todo. A instituição poderia fazer convênio/parceria para que o funcionário pudesse usar a academia e a piscina.
- Não há pisos táteis em todas os espaços; o IBC possui apenas dois elevadores; poucas linhas braille e número reduzido de equipamentos que facilitam a leitura no formato ampliado
- Piso tátil, pois muitoscegos precisam de ombros para caminhar dentro e aos arredores do IBC
- Janelas que abrem para dentro

- Prédio antigo e com tombamento histórico, não permite total acessibilidade por sua estrutura.
- Falta sinalizar em Braille os espaços, piso tátil, entre outros.
- Caso os elevadores dêem defeito ou falte energia elétrica não há rampa de acesso.
- Computadores que não agregam alguns equipamentos existentes na escola, como a linha braille. Falta de sinalização nos espaços públicos e falta de piso tátil no pátio
- Falta de sinalização adequada.
- Poderia ter mais rampas de acesso, piso tátil
- Acessibilidade arquitetônica - importante colocar piso táteis e mapas táteis no Instituto.
- A maioria dos recursos está centralizada em determinados setores e é subutilizada e, quando não, é obsoleta. Falta treinamento aos funcionários sobre utilização dos recursos. O espaço físico do IBC, de maneira geral, não é acessível.
- Piso tátil.
- Necessidade de mais pistas táteis, rampas e elevadores maiores.
- Não existe um suporte para cadeirantes uma rapa por exemplo
- O IBC, como instituição de relevância histórica, tem um canteiro paralelo a entrada de carros e estacionamento. A sugestão que sejam divididas no referido canteiro, várias trilhas sensoriais com uma altura de uma cadeira de rodas, conservando as espécies existentes e acrescentando outras que exalem odor. A trilha justifica-se por facilitar o acesso aos setores paralelos. Além disso, o espaço não formal em questão permite a realização de aulas externas possibilitando a complementação para uma prática pedagógica sob a perspectiva da acessibilidade/ inclusão ao aprendizado curricular advindo do ensino formal.
  Outra questão profunda;é a falta de acesso aos setores por conta das'' pessoas cegas''; elas ficam literalmente perdidas até encontrar uma pessoa com boa vontade. A sugestão é que seja feita um rodízio entre os servidores da discina até porque essa função faz parte da atuação destes, precisamos atualizar e centralizar.
- O elevador fica travando,dificultando o fechamento da porta.
- Acessibilidade em alguns espaços como portaria, banheiros, etc.
- Acredito que em alguns lugares deveria haver pisos táteis
- O espaço físico não é acessível, para ajudar só tem elevadores que não atende a toda demanda, e pisos tátil em alguns espaços, infelizmente. Existem escadas, colunas no pátio que são de estremo perigo para os alunos da instituição, falta espaço seguro para as crianças brincarem no momento do recreio ou intervalo...
- Falta um pouco de piso tático no pátio
- Não há vários elementos arquitetônicos e/ou estão degradados
- Sugiro pisos táteis e placas informativas em braille por toda a instituição.

- A circulação nas dependências da instituição são deficitárias, tanto em orientação quanto e proteção aos que circulam por corredores. Temos Janelas que abrem para dentro como se fossem lâminas na direção dos rostos dos passantes, corrimãos baixos e distantes nas escadas, pilastras não sinalizadas e sem amortecimento de choque, pisos sem antiderrapante e com frestas no calafeto (de madeira). Interdições que não são informadas e obrigam o caminhante a adotar um único caminho (acessos restritos) e elevadores que não atendem a toda demanda de carga e passageiros.

Acessibilidade: computadores/equipamentos/softwares → 29 comentários

- Nos laboratórios de informática faltam equipamentos como teclados adaptados/ampliados. acionadores, fones de ouvido, impressoras braille, scanner de voz
- Faltam uma gama maior de equipamentos e serviços, tipo mais interpretes de libras, linhas tateis, amplificadores,etc
- A Biblioteca carece de equipamentos mais modernos.
- Necessidades de uma para os professores com computadores.
- A entrada de 6 novos residentes demanda mais lâmpadas de fenda, campo visual com defeito para melhor aprendizado.
- Computadores insufis e obsoletos
- Computadores antigos, recurso de acessibilidade limitados e ausência de ferramentas de acessibilidade.
- Sem uso de internet pessoal
- Vejo que há boa vontade de muitos gestores em atender as necessidades tecnológicas dos respectivos setores, mas quanto à manutenção tem ficado para um eterno amanhã. Os equipamentos que antes eram muito úteis tornaram-se mais um trambolho guardado. Quem mais perde com isso é o nosso público.
- Não há computadores em todas as salas; mesmo o aparelho de som utilizado´é emprestado.
- Poucos equipamentos
- Defasagem/obsolescência tecnológica. Insuficiência de equipamentos.
- Necessidade de recursos e programas atuais. Dificuldade com os computadores existentes e o funcionamento dos mesmos, assim como internet.
- Acredito que nem todos conseguem ter acesso aos equipamentos

- Internet muito ruim ou inexistente no DED, painel somente visual para o atendimento oftalmológico no DMR, falta de computadores no DED, sala de disciplina como ante-sala da coordenação.
- Falta impressora, caixas de som e outros materiais de
- Caixa de som, microfone, tapete de superfície lavável.
- Quantidade de computadores disponíveis, acesso à rede muito restrito, manutenção de computadores péssima.
- Faltam, no DED, impressoras e tinta para impressão do material para alunos com baixa visão no próprio departamento, recursos ópticos para os alunos, mesas adaptadas, fones para eventos com audiodescrição.
- Necessidade de acesso à uma impressora Braille mais funcional.
- Não temos muitos recursos tecnológicos e a instituição não possui acessibilidade arquitetônica, como rampas e piso podo tátil (salvo em alguns espaços).
- A única coisa q temos em acessibilidade são as portas com os números das salas em braille e tinta ampliada.
  Recebi uma impressora braille com cabo quebrado, ou seja, não estou usando e um computador que não tem o cd de instalação da impressora e tem problema na torre. Não conseguimos confeccionar exercícios para os alunos.
- Internet dos laboratórios, falta manutenção e melhoria dos computadores e da qualidade internet.
- Dos três computadores que estão no setor que trabalho, apenas 2 funcionam, e o que funciona, é usado por mim.
- falta de programas, bem como da webcam necessária as vezes para comunicação.
- Em alguns casos, precisamos de equipamentos com acessibilidade como computadores com leitor de telas e eles não estão com acessibilidade quando necessário.
- Não temos computadores e alguns setores
- Não temos wifi disponível em todo o Instituto, não possuímos computadores disponíveis para uso exclusivo dos docentes
- Alguns setores disponibilizam mais de acessibilidade do que outros. Exemplo: computadores, impressoras, acesso a internet

Acessibilidade: máquina braille, regletes, etc → 7 comentários

- Difícil chegar ao final do ano com máquinas braille e regletes em perfeito estado para todos os alunos que precisam.

- Não existe matérial suficiente pra anteder toda a demanda de aluno, acredito q todo aluno teria de receber o material didático, já q os mesmos são mto caros.
- Faltam máquinas para digitar em braille.
- As crianças não dispõem nem mesmo de aula se orientação e mobilidade. A escola é grande e mal.dividida, misturando alunos com reabilitandos e pacientes do setor médico. Simplesmente horrível, porque os alunos tem a liberdade de ir e vir invadida, visto que precisam trasiyar entre pessoas que não são do ambiente escolar. Materiais de apoio como bengala não se encontra mais à venda na instituição.
- Faltam recursos de acessibilidade para os alunos cegos e baixa visão. Deixo como exemplo as máquinas Perkins que são poucas e a manutenção é praticamente inexistente. Os alunos de baixa visão não recebem os recursos necessários para facilitar seus estudos. Esse aluno não tem recursos financeiros para adquirir e deveriam entrar em contato com os mesmos a partir de uma escola que é especializada.
- falta de máquina perkins em sala de aula, computador em sala de aula
- Aqui me refiro as máquinas de braille, que por muitas vezes apresentam problemas dificultando o andamento das aulas. Faltam também cadeiras suficientes para a reunião dos docentes e reunião de pais quando feitas em sala de aula.

Outros (não classificados em algum dos itens acima) → 38 comentários

- Falta de recursos
- Á instituição ainda não tem uma política de acessibilidade consistente
- Pode melhorar
- Não sei informar
- No meu setor não existe acessibilidade.
- Sim atende
- Atende na melhor maneira possivel a todos.
- Eu desconheço
- Pouquíssimo recursos de acessibilidade num espaço que é de uso de deficientes visuais.
- Muitos servidores cegos e de baixa visão não conseguem acessar as informações plenamente, de maneira autônoma

- Totalmente seria 100% e o parcialmente acredito que possa atender 80%, pois em alguns casos poderá causar algumas dificuldades tipo uma imagem no zap ou outro componente similar, a dificuldade de manuseio pelos interessados devido não ter um preparo para o uso de certas tecnologias. Espero que tenha ajudado.
- Se existe nunca foi oferecido para minha filha que depende sempre de alguem para fazer qualquer coisa,mesmo sabendo que ela necessita de alguém sempre com ela por ter multiplasdeficiencias.
- A acessibilidade atende todos os que estão na instituição.
- Não é boa
- Não entendi a qual equipamentos de acessibilidade se referem com a pergunta. Possuímos computador com teclado em braille (ainda sem programa DOSVOX, mas podemos instalar), não possuímos impressora braille. Temos também a máquina perkins, reglete com punção e acesso à internet. Seria essa a pergunta?
  Caso a pergunta se refira a estrutura da instituição de ensino, acredito que atenda totalmente.
- Muitos alunos necessitam de cursos para aprender a utilizar os recursos, mas muitas vezes não conseguem vagas ou não há turmas diaponí-veis.
- Não sei
- Aquilo que é atingivel, que tem acesso fácil.
  E uma preocupação constante da arquitetura e urbanismo,ela está intrinsecamente ligado ao fornecimento de condições as pessoas com deficiência.
- é facil acesso pra todos quanto pessoas com alguma deficiência e pessoas comuns q não tem nenhum tipo de deficiência
- Estarei em trabalho
- Falta capacitação para a utilização de equipamentos como a linha braille.
- Onde?
- E uma boa instituição atende a todos sim em gosto miityde estudar lá eu estudo lá 8 amos.
- não está abrindo a caixa combinada pelo Chrome
- Não existe uma política clara de acessibilidade institucional, existem ações isoladas de setores e servidores (atitudes e empatia destes diante desta necessidade).
- Ela atende totalmente
- Não sei informar
- Item resposta 3
- Boa, sempre que precisei p outros
- Iriamos iniciar o atendimento no dia 20/03. Então nao estou apta a informa
- acho acessibilidade muito importante pra criancas

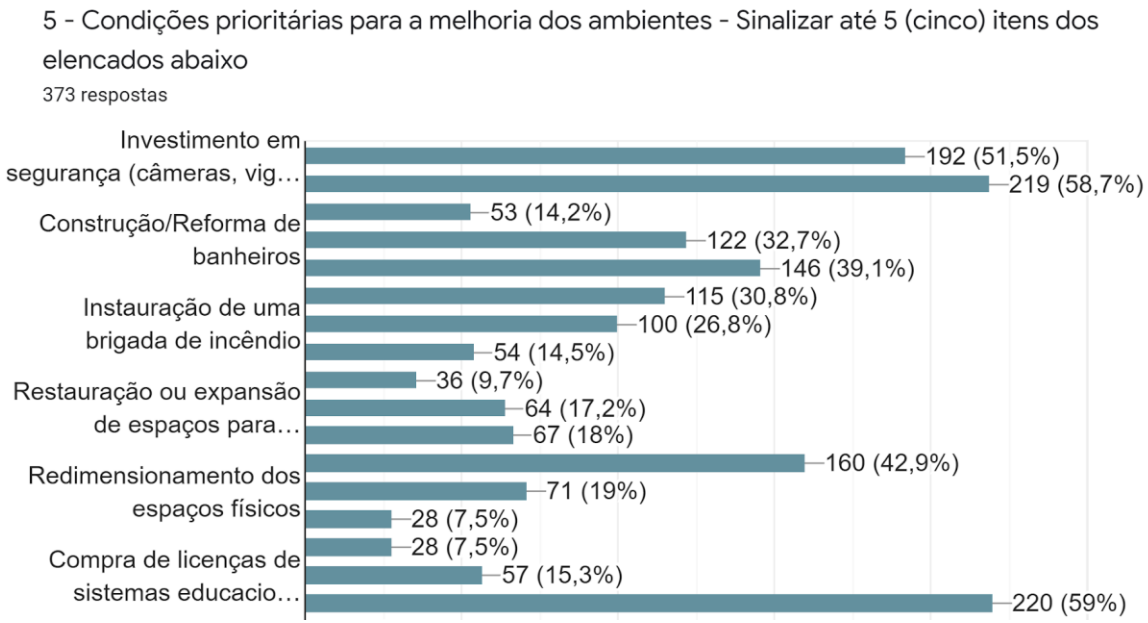
- Não temos acesso direto
- Uma instituição de DV que não tem preocupação com acessibilidade
- Geralmente quando entro em contato com a escola via telefone não tenho sucesso ao realizar o procedimento
- Acho que poderia ser bem melhor o atendimento.
- Disponibilidade de um número maior de aulas de OM e de professores de OM ,onde poderá ser incluído um perímetro maior de locomoção.
- Existem muitos deficientes visuais que ainda encontram muitas dificuldades de se locomover.
- necessitam de permanente manutenção e inicações melhores
- Letra ampliada

4- Infraestrutura e funcionamento do IBC

INFRAESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO IBC	MUITO BOM	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SEI INFORMAR
Condições de limpeza e de higiene dos diversos ambientes	132	157	68	14	2
Conservação das instalações	75	175	92	23	8
Acústica (distribuição do som) nas instalações	83	161	73	29	27
Mobiliário dos ambientes	57	148	118	43	7
Iluminação dos ambientes	97	177	74	15	10
Instalações sanitárias / Banheiros	74	124	115	54	6
Condições de segurança (controle de acesso, identificação dos visitantes etc.)	68	125	103	72	5
Acesso a computadores	64	131	74	73	31

Softwares disponibilizados pelo IBC	45	134	76	58	60
Acesso à rede wi-fi	49	105	88	92	39
Áreas de convivência (pátio, áreas verdes etc.)	112	150	80	23	8
Planejamento institucional	67	132	94	36	44
Comunicação entre os diversos segmentos e setores	48	119	102	82	22
Salas de aula (DED)	62	129	52	25	105
Salas de aula (DPPE)	70	149	40	11	103
Salas de aula (DMR)	60	125	48	9	131
Laboratório de Informática	54	118	56	35	110
Laboratório de Ciências	41	112	49	19	152
Outros espaços de aprendizagem (Sala de artes, música, Corpo e Movimento etc.)	63	136	48	18	108
Ambientes para prática de esportes (quadras, ginásios, pistas, vestiários, materiais para uso nas atividades esportivas etc.)	113	146	40	12	62
Sala de antendimentos individualizados (Fonaudiologia, psicologia, AEDMU, etc)	70	137	32	7	127
Instalações do refeitório / cozinha	101	147	54	14	57
Refeições/Merenda escolar	87	118	48	13	107
Biblioteca (acervo, sala de leitura, atualização dos títulos, horário de funcionamento, serviço de empréstimo, acessibilidade)	80	152	54	12	75
Currículo escolar	66	126	61	16	104

Abrangência dos níveis de educação oferecidos	82	159	45	20	67
Aulas e suportes educacionais	69	146	53	16	89
Auditório e teatro	145	165	33	15	15



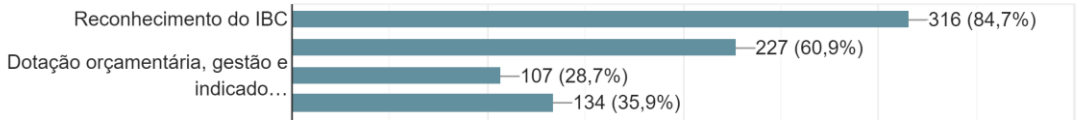
CONDIÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Instalação de uma cantina	**220**	**59%**
Investimento em equipamentos de informática / sistemas de informação (hardware, softwares, netware, internet, serviços on-line etc.)	**219**	**58,7%**
Investimento em segurança (câmeras, vigilantes, controle de acesso etc.)	**192**	**51,5%**
Compra de materiais especializados (máquina braille, reglete, sorobã, linha braille, impressora 3D, bengala etc.)	**160**	**42,9%**
Reforma/compra de móveis e materiais para os ambientes	**146**	**39,1%**
Construção/Reforma de banheiros	122	32,7%
Oferta de capacitação e qualificação dos servidores	115	30,8%
Instauração de uma brigada de incêndio	100	26,8%
Redimensionamento dos espaços físicos	71	19%
Compra de materiais didáticos (livros, material audiovisual etc.)	67	18%
Restauração ou expansão de espaços para aulas práticas	64	17,2%
Compra de licenças de sistemas educacionais ou administrativos	57	15,3%
Compra e instalação de ventiladores / aparelhos de ar-condicionado	54	14,5%
Construção/reforma de laboratórios	53	14,2%
Ampliação das instalações elétricas	36	9,7%
Reforma do refeitório/cozinha	28	7,5%

Reforma das instalações hidráulicas	28	7,5%
Outros	25	7,4%

6 - Principais itens considerados positivos no IBC:

6.1 - Fatores externos positivos - Sinalizar até 3 (três) itens dos elencados abaixo:

373 respostas



FATORES EXTERNOS POSITIVOS	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Reconhecimento do IBC	**316**	**84,7%**
Convênios e parcerias com outras instituições	**227**	**60,9%**
Políticas governamentais de capacitação e qualificação de servidores	**134**	**35,9%**

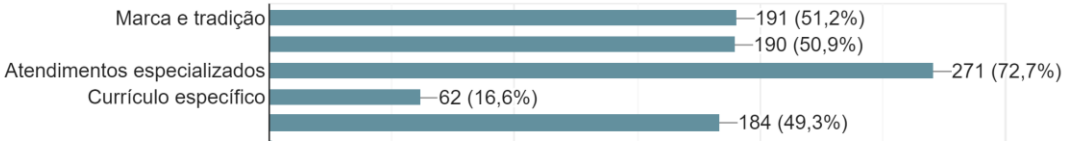
Dotação orçamentária, gestão e indicadores do IBC	107	28,7%
Outros	9	2,6%

Detalhamento do item “Outros” (9 respostas)

- Atendimento médico aberto ao público
- O reconhecimento da sociedade
- Eu desconheço
- Não sei informar (2)
- O fato de ser uma instituição pública, que se esforça para cumprir o seu papel social e atender ao cidadão que acorre até ela.
- Distância de Brasília. Desinteresse político-partidário.
- IBC já foi referência. A escola está vazia, os alunos estão perdendo cada vez mais seu espaço e o fim do SEMI-INTERNATO enterrou a atual gestão.
- Fator positivos professores,coordenadores

6.2 - Fatores internos positivos - Sinalizar até 3 (três) itens dos elencados abaixo:

373 respostas

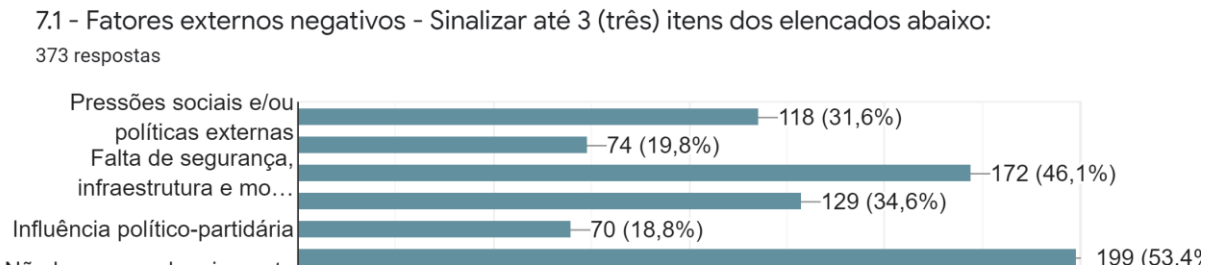


FATORES INTERNOS POSITIVOS	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Atendimentos especializados	**271**	**72,7%**
Marca e tradição	**191**	**51,2%**
Qualificação do corpo docente e técnico-administrativo	**190**	**50,9%**
Expansão dos níveis de educação	184	49,3%
Currículo específico	62	16,6%
Outros	8	2,4%

Detalhamento do item “Outros” (8 respostas)

- Esforço para redistribuição e para receber bem e alocar os novos servidores em espaços adequados, conforme a necessidade profissional.
- Melhor troca de informações entre os segmentos e setores
- Equipe de docentes muito qualificada, principalmente no DED e DPPE
- Eu desconheço
- Localização urbana privilegiada. Especificidade na área de atuação.
- o atendimento e muito bom
- imprensa braile
- Não sei informar

7 - Principais itens considerados negativos no IBC:



FATORES EXTERNOS NEGATIVOS	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Redução da dotação orçamentária do IBC	**199**	**53,4%**
Falta de segurança, infraestrutura e mobilidade no entorno do IBC	**172**	**46,1%**
Falta de acessibilidade no entorno do IBC	**129**	**34,6%**
Pressões sociais e/ou políticas externas	118	31,6%
Disseminação inadequada de informações em redes sociais	74	19,8%
Influência político-partidária	70	18,8%
Outros	19	5,7%

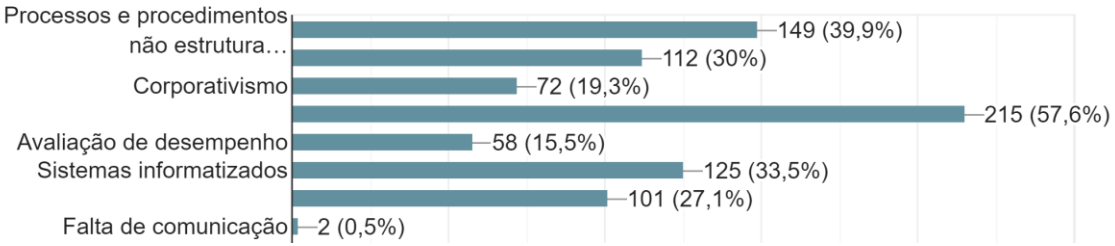
Detalhamento do item "Outros" (19 respostas)

- Falta de segurança e acessibilidade dentro da instituição também.

- comunicação com ibc e muito desorganizada não tem uma central de atendimento
- Há assédio moral, ingerência de forças políticas que exploram a imagem dos deficientes visuais e falta de transparência nos processos decisórios e de gestão.
- Pouca integração com as demais instituições públicas das proximidades.
- Divulgação do trabalho braille em todas as escolas . municipal
- Não haver um planejamento que incentive a saúde do servidor, com atividades físicas nas dependências da academia, aulas de dança, natação, dentre outros.
- Dependência excessiva do MEC, precisando de mais autonomia.
- Eu desconheço
- Falta de interesse nas necessidades específicas de cada aluno
- Informações ao usuário insuficientes, site com informações conflitantes, não dá destaque aos diversos trabalhos do IBC, desatualizado
- Não vejo nada negativo
- Não sei bem informar
- Nada a declarar
- não sei informar
- Aumentar a segurança
- não veja nada negativo no ibc
- Nao sei informar nao faz parte do meu setor
- Desconheço
- Não sei informar

7.2 - Fatores internos negativos - Sinalizar até 3 (três) itens dos elencados abaixo:

373 respostas



FATORES INTERNOS NEGATIVOS	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Comunicação entre os diversos segmentos e setores	**215**	**57,6%**
Processos e procedimentos não estruturados	**149**	**39,9%**
Sistemas informatizados	**125**	**33,5%**
Dimensionamento da força de trabalho (quantidade e alocação)	112	30%
Programa de qualidade de vida	101	27,1%

Corporativismo	72	19,3%
Avaliação de desempenho	58	5,5%
Outros	25	7,5%

Detalhamento do item “Outros” (25 respostas)

- Existem item neste ponto que sequer existem no IBC. Inexiste um programa de qualidade de vida.
- Departamentos isolados uns dos outros, como se fossem várias instituições de uma mesma instituição.
- O IBC é um grande palanque político da esquerda, sao utilizados até emails e grupos de wattsapp do trabalho para propagação de ideologias.
- A falta de profissionais, a qualidade de ensino, as aulas de educação física sem planejamento, a falta de relatório dos alunos na educação física, a falta da presença dos professores de educação física nas reuniões de pais, o horário das atividades e aulas com grande intervalo após o almoço, a formação de turmas lotadas, mal formação de turmas referente a idade(adolescentes e crianças)...
- Falta de incentivo à qualificação do servidor
- Comunicação com responsável. No meu caso, não posso estar presente na escola, apenas a avó do meu filho. Sendo que a mesma é semi analfabeta, muitas vezes não entende o que é passado. Se pudesse haver um canal de comunicaçao efetivo é frequente frequente entre o corpo docente com os pais (e-mail ou WhatsApp).
- Inexistência de normas internas
- falta de transparência e de um caráter colaborativo na gestão, especialmente no que diz respeito à utilização do orçamento.
- Treinamento para líderes. Alguns pensam q ser gestor é dar ordens. Primeiro o gestor deve conhecer o espaço, os funcionários e a história com todas as atividades daquele setor.
- Falta de comunicação e de planejamento, além de um projeto institucional que precisa, com urgêcia, de uma readequação.
- Computadores novos para os funcionários com equipamentos mais antigos.

- Falta de reconhecimento do trabalho dos funcionários, coisas simples como uma nova cadeira de escritório, qual o critério para aquisição desse material? A cadeira de um colega está amarrada com um fio de cobre.. eu mesmo trabalho com uma cadeira quebrada, um colega terceirizado caiu da cadeira, se ele se ferisse seria um acidente de trabalho ou mesmo perguntar como anda o trabalho e quais dificuldades estamos enfrentando, passei um ano inteiro com uma goteira na minha mesa, formou até lodo, isso me desmotivou muito.. também acho que falta transparência orçamentária, por exemplo onde encontro a informação de quanto o departamento X tem para o exercício Y, meu coordenador não sabe a informação.
- Eu desconheço
- Estaduais.eparticulares
- Nao sei informa.
- Tudo funcional nada a me queixar
- Não vejo nada negativo
- não veja nada de errado
- Nada a declarar
- não sei informar
- Falta de comunicação
- Nao sei informar
- Não sei informar
- Tudo bem
- Não sei